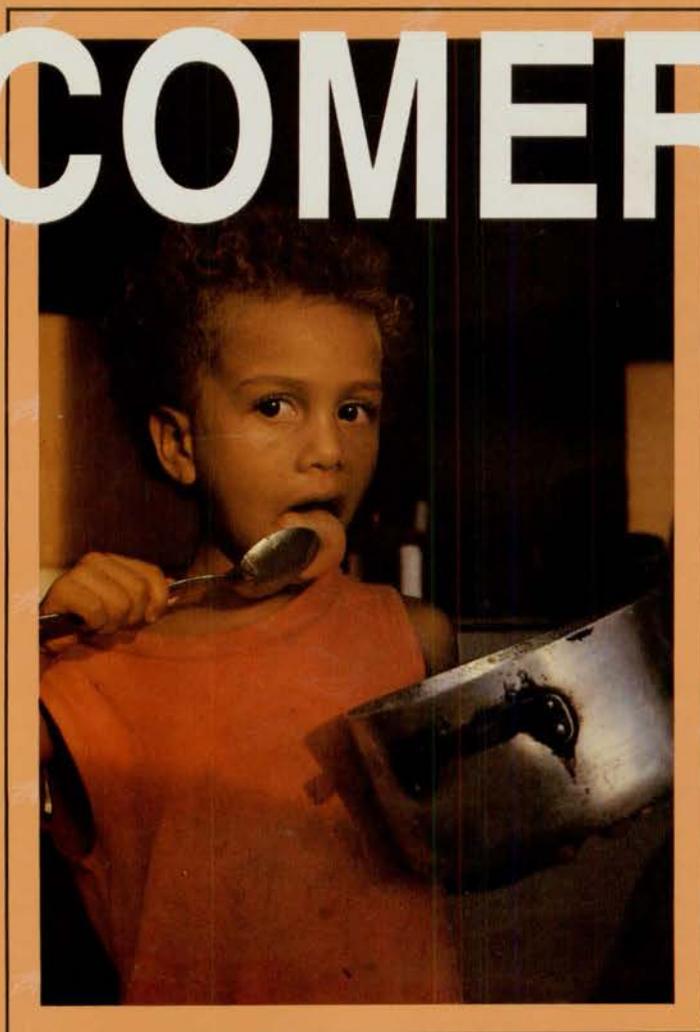


tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Número 266 ■ Ano 14 ■ Cr\$ 15.000,00

O DIREITO DE COMER



ALÉM DA COMIDA

*Bebida é água
Comida é pasto.
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?
("Comida", Titãs)*

O crescimento da produção agrícola no mundo é um dado irrefutável, assim como o aumento dos famintos. Sobra comida e, no entanto, grande parte da população mundial passa fome.

Este quadro repete-se em muitos países do planeta e se torna agudo naqueles eternamente subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou com desenvolvimento dependente. Em geral os países pobres são os exportadores de grãos, fibras e energia.

Essa contradição há muito está sendo pesquisada, se agrava com as intenções de se dominarem as patentes na agricultura e não se vê superada pelas promessas da biotecnologia.

Desvincular o conceito de fome das limitações biológicas e nutricionais em que foi aprisionado —principalmente pelos governos que fomentaram programas que, sem erradicar a fome, criaram muitos órgãos e propiciaram o enriquecimento de alguns —é superar as interpretações mecanicistas sobre esse tema. E mais: é entendê-la como fenômeno social e político que não atinge somente o estômago, a ossatura e a estatura do ser humano.

Os famintos, carentes, desnutridos, necessitados, tornam-se prisioneiros das estruturas mais arcaicas e perversas de poder e de dominação. Tornam-se "clientes" dos políticos em períodos eleitorais; são tema dos demagogos (quem nunca ouviu discursos de alguns políticos sobre "as pobres criancinhas famintas que perambulam pelas ruas das nossas cidades"); e transformam-se em mercadoria que alimentam muitos planos dos governos e estruturas de dominação.

Quando se pensa em alimentos, tende-se a deslocar o assunto para o âmbito da agricultura e a defender que o aumento da produção de comida poderá resolver o problema da fome.

Temos que aprofundar a análise das relações possíveis sobre a questão. Poderemos chegar, assim, à reforma agrária, à democratização da sociedade e à cidadania. Recolocáremos no cerne da questão o modelo de desenvolvimento e todas as dimensões que, além da fome de comida, geram fome de participação, de ambiente sadio, enfim, fome de vida plena.

Em tempo de Natal, no qual uma parcela cada vez maior de brasileiros faz dramático esforço de repetir o milagre da ceia, fica o desafio de continuarmos nossa luta para que todos tenham o direito de comer.



J.R. Ripper / Imagens da Terra



Gianne Carvalho / Imagens da Terra

Pavilhão de pequenos produtores — CEASA, Rio

ÍNDICE

- | | |
|---|---|
| <p>Comida</p> <p>5 FOME: O DESAFIO RADICAL
Maria Cecília de Souza Minayo</p> <p>7 FOME E DESNUTRIÇÃO
Rosana Magalhães</p> <p>9 O ESTADO BRASILEIRO
E A ALIMENTAÇÃO
Maria Lucia M. Bosi</p> <p>12 COMIDA PARA
OS DESNUTRIDOS: O FIM
DA HISTÓRIA?
Luiz Eduardo Carvalho</p> <p>16 PATENTES, ALIMENTOS,
NÓS MESMOS
David Hathaway</p> <p>18 PRODUÇÃO ALTERNATIVA:
DIFERENÇAS, IMPASSES
E CONTRADIÇÕES
Eduardo Safons Soares</p> <p>21 ALIMENTOS: ENTRE O
FUNCIONAL, O SIMBÓLICO E AS
NECESSIDADES BÁSICAS
John Wilkinson</p> <p>23 COMIDA, MODERNIDADE
& "BOKOMOKOS"
Luiz Eduardo Carvalho</p> <p>28 CINCO GRUPOS CONTROLAM
OS CEREAIS DO MUNDO
Depoimento de Arno Glitz</p> <p>Diálogo</p> <p>30 REFORMA AGRÁRIA,
DEMOCRACIA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL
Hans Spitzack</p> | <p>Conjuntura</p> <p>32 A QUEDA DE COLLOR
E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO
Aloizio Mercadante</p> <p>Santo Domingo</p> <p>37 ENCONTROS E DESENCONTROS
DE DOIS MUNDOS E MUITAS
IGREJAS
Marcelo de Barros Souza</p> <p>Direitos humanos</p> <p>41 JUSTIÇA A TODO
UM CONTINENTE</p> <p>América Latina</p> <p>42 A OUTRA FACE DO MODELO
CHILENO
Fernando Ignacio Leiva</p> <p>Rubem Alves</p> <p>46 "SE É BOM OU SE É MAU..."</p> <p>Teologia</p> <p>48 "ISTO NÃO É TEOLOGIA"
Ivone Gebara</p> <p>Bíblia hoje</p> <p>49 PÃO-SOLUÇÃO
Milton Schwantes</p> <p>Resenha</p> <p>51 NÃO SE APOSENTA
A CAPACIDADE DE AMAR
Paulo Cezar Loureiro Botas</p> |
|---|---|

FOME — O ESCÂNDALO MAIOR

Quando dez milhões de crianças morrem de fome anualmente no Brasil, não podemos dormir tranquilos. É preciso analisar esta questão não apenas na perspectiva nutricional, mas examiná-la em um contexto mais amplo, político e econômico. Afinal, comer é o primeiro e o mais fundamental de todos os direitos. Páginas 5 a 12

INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

Vivemos momentos de transição nos hábitos alimentares do povo. Diariamente somos bombardeados por propagandas que apresentam de forma atraente novos produtos que tendem a substituir a nossa comida tradicional. Há também o crescimento da oferta dos chamados produtos "naturais". Mas mudar o regime alimentar pode implicar mudanças profundas na organização social e na própria identidade das pessoas. Páginas 18 a 23

BRASIL — MOMENTO HISTÓRICO

1992 foi marcante e decisivo para o processo político brasileiro. Criaram-se expectativas de mudanças e reacendeu-se a esperança do povo. Está colocado o desafio de se construir um projeto alternativo que não frustre os desejos expressos por milhões de brasileiros — ter um país justo e alegre. Aloizio Mercadante, participante ativo desse processo, apresenta de forma clara e muito bem fundamentada o balanço do ano. Página 32

A OUTRA CARA DO CHILE

Proclama-se muito o sucesso do projeto neoliberal no Chile. Geralmente essas análises partem da perspectiva do capital, das empresas multinacionais e de certos setores da classe média. No entanto, pouco tem-se divulgado sobre o custo social que os trabalhadores estão pagando pelo "êxito" de tão elogiado modelo. Uma interpretação mais profunda do processo chileno revela a face perversa do neoliberalismo, que não aparece nas análises comuns. Página 42

ECUMENISMO EM SANTO DOMINGO

Não causaram muita repercussão na grande imprensa as resoluções da IV Conferência Episcopal Latino-Americana. A questão ecumênica foi tratada com certa timidez no encontro e não teve o significado que muitos esperavam, principalmente em virtude da temática que tratava das relações da fé com a cultura. Publicamos uma aguda análise do frei Marcelo Barros sobre os encontros e desencontros da Conferência no trato da questão ecumênica. Página 37

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
 Novembro / dezembro de 1992
 Ano 14 - nº 266

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
 22211-230 Rio de Janeiro RJ
 Telefone (021) 224-6713
 Fax (021) 221-3016

Av. Higienópolis, 983
 01238-001 São Paulo SP
 Telefone (011) 825-5544
 Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
 Emir Sader
 José Oscar Beozzo
 Heloísa de Souza Martins
 Leonardo Boff
 Luiz Eduardo Wanderley
 Márcio Santilli
 Marília Pontes Sposito
 Milton Schwantes
 Paulo Schilling
 Regina Reyes Novaes
 Rubem Alves

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Paulo Roberto Salles Garcia
 MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES

Rafael Soares de Oliveira
 Maria Cecília Iório
 Beatriz Araújo Martins

ASSESSORIA ESPECIAL

Maria Cecília de Souza Minayo

EDITORA DE ARTE

Anita Slade

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

REVISOR E DIGITADOR

Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA

Fotos de J.R. Ripper e Marcelo
 Oliveira / Imagens da Terra

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não
 traduzem necessariamente
 a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
 Cr\$ 15.000,00

Assinatura anual
 Cr\$ 70.000,00

Assinatura de apoio
 Cr\$ 80.000,00

Assinatura/externo
 US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Muita gente daqui, geralmente consciente dos imensos problemas deste mundo, toma uma atitude fatal e de desespero. Às vezes, me parece que o lucro e a prosperidade excessiva que desfrutamos nos enfraquecem, corrompendo a ética muito mais do que a total pobreza e miséria. Eu considero uma tarefa minha a de colocar na imprensa mais "estrelas de esperança" possível para acordar a minha gente. E eu agradeço muito pela sua competente e valiosa colaboração! Um abraço bem forte de um companheiro de luta suíço.

Christian Gyr

Suíça

Como leitor assíduo da revista TEMPO E PRESENÇA, gostaria de ressaltar a alta qualidade de seus textos.

João Bezerra Neto

Arcoverde/PE

Sempre é um prazer receber TEMPO E PRESENÇA. O número sobre Idosos foi excelente. Gostei também porque vocês estão usando o ecumenismo nos artigos, com vários pensadores de várias expressões religiosas. Gosto muito de ler TEMPO E PRESENÇA. Parabéns.

Pe. Cicero Sousa

Miracema do Tocantins/TO

Assinei TEMPO E PRESENÇA por ocasião da reunião da SBPC, em São Paulo. Acabo de receber o

primeiro número (ÉTICA) e me considero um feliz. Leciono Legislação e Ética Profissional para Químicos na Universidade Luterana do Brasil, e já encontrei subsídios valiosos para o meu fazer docente. É paradoxalmente fácil/difícil falar em ética no Brasil de 1992, onde, afortunadamente, ainda há heróis escrevendo a História desta terra, e entre estes permito-me incluí-los. Com respeitosa admiração.

Attico Inacio Chassot

Porto Alegre/RS

TEMPO E PRESENÇA é de significativa utilidade para o desempenho de minhas atividades pastorais junto à Paróquia Nossa Senhora da Esperança, em Ipatinga, bem como para o amadurecimento e amplitude de meu senso crítico em relação à sociedade em que vivemos, que carece de transformação urgente, com base na escala de valores cristãos, para que o Reino de Deus, com que sonhamos, possa de fato ser uma realidade palpável entre nós! Peço a Deus que o trabalho de V.Sas. seja fecundo e contribua eficazmente para a construção do Reino.

Napoleão Nogueira

da Silveira Reis

Ipatinga/MG

É com grande alegria que desde maio do corrente ano, faço parte dos assinantes da TEMPO E PRESENÇA, e cada exemplar que re-

cebo convence mais que ela é indispensável e fundamental. Quero deixar meus sinceros cumprimentos pela excelente qualidade de suas publicações. Que Deus os ilumine sempre.

Adriana Riffel

Brusque/SC

Vimos por meio desta parabenizá-los pela excelente publicação — revista TEMPO E PRESENÇA —, que nos traz diversos assuntos e informações. Temos a certeza de que a revista nos ajudará e muito em termos de conhecimento. Pois, somos uma equipe em fase de formação, dentro do CIMI. Trabalhamos junto da Nação Indígena Xakriabá.

Aloísio de Souza

(p/equipe Xakriabá)

Januária/MG

Quero aproveitar a oportunidade em que renovo a assinatura da revista TEMPO E PRESENÇA para dizer o quanto acho importante que, num país como o Brasil, tão carente de boas informações, seja publicada uma revista como esta que traz sempre os assuntos mais discutidos na modernidade. É bom saber que contribuo para a veiculação desta revista e ao mesmo tempo tenho acesso a boas informações.

Luciana Thomaz Thuler

Cachoeiro de Itapemirim/ES

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA



Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr\$ 70.000,00
 Assinatura de apoio Cr\$ 80.000,00
 Exterior US\$ 50,00
 Número avulso Cr\$ 15.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
 Rua Santo Amaro, 129
 CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ
 Av. Higienópolis, 983 CEP 01238-001
 São Paulo SP

FOME: O DESAFIO RADICAL

Maria Cecília de Souza Minayo

Nada mais indicador da situação de injustiça do que a constatação de que apesar da sobra de comida no mundo morrem de fome anualmente milhões de pessoas. E essa situação se agrava a cada ano, atingindo especialmente crianças e jovens. O silêncio dessas vítimas é uma denúncia aos hábitos nababescos expressos diariamente nas manchetes televisivas das nossas elites econômicas e políticas

Nada existe de tão natural e tão primitivo como a fome; nada há de tão cultural e de tão sofisticado como o ato de comer. Urgência imposterável e precondição para a vida, a fome restabelece e reatualiza nossos vínculos de solidariedade com animais, vegetais e minerais. Fonte de prazer, reconhecimento, comunicação, experiência, requinte, expressão simbólica de *status*, o ato de comer nos torna humanos, seres culturais e sociais.

Questão tão antiga quanto a própria constituição do ser social, a fome continua, no apagar das luzes do século XX, um problema humano, político e social contundente para se pensar e repensar o mundo construído. Instrumento de dominação e poder, a fome é talvez a expressão mais dolorosa e cruel da violência social.

Escândalo maior. Infelizmente no Brasil a fome é monumental. Com ela convivemos como uma endemia persistente, arrasadora e invasiva. Antes de o leitor terminar de ler este artigo, mais uma criança terá morrido: falecem de fome no País dois bebês a cada três minutos. A desnutrição atinge 21,8% das crianças de até cinco meses de idade, das quais 6% delas em estado grave. Cinco milhões de menores de cinco anos são desnutridos, o que representa 31% do total nesta faixa de idade.

Segundo dados da FAO (órgão das Nações Unidas que estuda as áreas de alimentação e agricultura) apresentados num seminário intitulado "Fome, o desafio dos anos 90", 61% da mortalidade infantil no Brasil é causada pela desnutrição ou por doenças a ela associadas. Numa aná-

lise mais abrangente, a FAO estima que 53 milhões de pessoas passam fome no Brasil. Na América Latina esse número cresce para 183 milhões. A pesquisa aponta ainda o fato de que, em todo o mundo, 13 milhões a 18 milhões das mortes ocorridas se devem à fome. No entanto, não falta comida, há sobra, há excesso, assim como há outra lógica que não a da necessidade comandando a distribuição.

Tentando aproximarmo-nos qualitativamente desse drama social e humano, participamos de uma investigação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro denominada "Configuração de situações de pobreza" na década de 1980. Tal estudo, realizado em cinco áreas diferenciadas, revelou que 72% do orçamento das famílias entrevistadas se

J.R. Ripper / Imagens da Terra



O ato de comer é um direito de todos

destinava à alimentação (sem se contar aí o custo do gás de cozinha). Em termos globais, 70% da alimentação dessas famílias se resumia ao consumo de arroz, feijão, café, pão e angu. Os 30% restantes dos componentes alimentares constavam, num recordatório de 24 horas, de 46 itens esparsos, cujos componentes principais priorizavam "dar sustância" e acalmar a fome. Treze por cento dos entrevistados não possuíam orçamento de alimentação, e viviam das "xepas", dos restos dos supermercados, da solidariedade alheia, além de restringir as refeições ou a uma mistura, contida numa única panela, para o dia todo, ou a uma única refeição para todo o dia. Tais malabarismos eram tentados sobretudo por famílias chefiadas por mulheres e/ou aquelas cujas "cabeças" estavam desempregados.

Agravamento da miséria. Esta situação corresponde a uma decadência progressiva do País na área social

A fome é talvez a expressão mais dolorosa e cruel da violência social

e está relacionada ao agravamento da pobreza e da miséria e à piora na distribuição de renda em todas as regiões do Brasil na década de 1980. Alguns dados retirados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, na década de 1980, dão conta dessa realidade.

Enquanto os 10% mais ricos acumulavam 44,9% da renda do trabalho em 1981, esse percentual subiu para 51,5% em 1989. Em contrapartida, os 50% mais pobres tinham sua participação no bolo nacional reduzida de 14,6% para 11,2% de 1981 a 1989.

Quando comparados os rendimentos médios dos 1% mais ricos com os 10% mais pobres em 1989, encontra-se uma relação 230 vezes superior para os primeiros. E embora os dados das PNADs para a década demonstrem uma queda de 38,4% para 34,3% de famílias pobres entre 1981 e 1989, se se considera como indicador de pobreza a referência de meio salário mínimo *per capita* para baixo, em termos absolutos aumentou na década o número de pessoas pobres. Em 1981 havia 54,5 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza e em 1989 esse número total atingia 56,6 milhões de pessoas. Além do mais, é necessário repensar se meio salário mínimo é hoje um índice suficiente para demarcar linha de pobreza, na medida de sua total insignificância para comprar produtos essenciais.

As pessoas mais atingidas pela pobreza são crianças e jovens de até 17 anos. Em 1989, 50,5% deles encontravam-se em famílias com renda abaixo de meio salário mínimo *per capita*. Em situação ainda pior estão aqueles que vivem em famílias che-

fiadas por mulheres sem cônjuge, nas quais o percentual dos que estão em situação de pobreza e miséria atingiam, em 1989, 63,1%.

Silêncio denunciador. Porém, todos os dados e indicadores, todos os estudos técnicos de nutrição que se oferecem são apenas pálida idéia do drama social da fome, cuja síntese se traduz na apatia, desmobilização e silêncio das vítimas. Talvez seja esse eloqüente silêncio, estampado em monumento nos 20% de "nanicos" nacionais e na miséria à vista, o maior apelo dos famintos ao bizarro excesso exibido nas manchetes televisivas e nos hábitos nababescos de nossas elites econômicas, políticas e primeiro-mundistas.

A fome é um câncer social com muitas metástases. É isso que o conjunto de artigos desta revista apresenta. Parafraseando o filósofo Carneiro Leão, é importante lembrar que para todo o progresso o ser humano é *faber*, é *sapiens*, é *loquaz*. E isso vale para todos, inclusive os brasileiros. Porém, ele não pode ser *pauper*. A pobreza, a miséria e a fome introduzem uma ruptura muito mais espantosa do que o instrumento do *homo faber*; instaura uma cisão muito mais radical do que o cérebro do *homo sapiens*; propõe uma oposição bastante mais profunda do que a linguagem do *homo loquaz*.

A problemática do mundo da fome é um desafio universal. Esta é a maior provocação do ser humano ao seu semelhante distanciado de sua humanidade pela abundância. Porque o desafio da miséria expressa na fome é a morte radical e a ameaça de morte da humanidade do próprio ser humano.

Maria Cecília de Souza Minayo, antropóloga e sanitária, é professora adjunta da ENSP/Fiocruz.

Desnutrição nos países pobres

Prevalência de desnutrição na população de menores de cinco anos e Produto Nacional Bruto *per capita* em 14 países em desenvolvimento

País	Prevalência da desnutrição		PNB	Ano
	Crônica	Aguda		
Bolívia	42,7	0,7	540	1981
Peru	37,8	0,9	1.120	1984
Equador	34,0	1,7	1.050	1987
Honduras	33,9	1,9	810	1987
Panamá	22,0	6,4	1.680	1980
Nicarágua	21,8	0,6	760	1981
Guiana	20,7	8,5	730	1981
Colômbia	16,6	2,9	1.240	1986
BRASIL	15,4	2,0	2.160	1989
Chile	9,6	0,5	1.450	1985
Costa Rica	7,8	2,0	1.140	1982
Barbados	7,4	3,8	3.520	1981
Antigua	6,6	2,9	1.630	1981
Venezuela	6,4	1,3	4.140	1984

Fonte: Banco de Dados Antropométricos da OMS (dados de nutrição) e Banco Mundial (PNB), publicados em Cadernos do Terceiro Mundo, nº152, 1992.

FOME E DESNUTRIÇÃO

REFLEXÕES SOBRE A ABORDAGEM DO PROBLEMA ALIMENTAR



Mauro Gonçalves / Imagens da Terra

A disputa por um pedaço de pão retrata uma situação perversa e intolerável

Rosana Magalhães

É preciso colocar a discussão da fome numa perspectiva mais ampla, ultrapassando o aspecto nutricional. Recuperando a contribuição de Josué de Castro, a autora ressalta a interação entre as questões sobre as transformações do meio natural e da estrutura social

Na análise da questão nutricional no País, têm sido ressaltados os limites de uma visão biologizante e pouco articulada à realidade social. Alguns autores enfatizam a necessidade de se superar esta tendência, reorientando a investigação na área. Em linhas gerais, trata-se de abandonar a compreensão da desnutrição no corpo dos desnutridos e buscar uma perspectiva mais ampla. Tal perspectiva é encontrada no estudo da fome na medida em que traz em seu bojo a recuperação da dimensão política e social do tema.

Biológico e social. Falar da fome torna-se, assim, uma tomada de posição que redefine os rumos da questão.

Há, porém, alguns pontos obscuros nessa alternativa de análise. Noutras palavras, o que há de biológico na discussão sobre fome? Quais as possibilidades de uma interpretação mais integrada que supere a dualidade e promova a síntese entre o biológico e o social?

Certamente estas são questões extremamente complexas, com as quais a saúde coletiva tem-se deparado no processo de construção de suas bases conceituais. No entanto, no breve espaço deste artigo, interessa reter a idéia da fome como a noção que não só rompe com uma vertente do conhecimento produzido, mas revê um conflito. Assim, o estudo da fome revigora os impasses intimamente relacionados à compreensão das conexões entre estrutura social e fenômenos biológicos. Nesse debate, é fundamental recuperar as obras que aceitaram este desafio, como a de Josué de Castro. O autor sistematiza um discurso sobre a fome a partir dos anos de 1930 e nas três décadas seguintes no Brasil. O seu pensamento ganha espaço nacional e internacional e representa uma visão da fome, da saúde e da sociedade.

Contribuição de Josué de Castro. É importante assinalar que a obra de Josué de Castro não é homogênea e nem isenta de contradições. Há, sobretudo, em seus primeiros escritos a tendência a fazer desaparecer as demarcações entre o natural e o social. Este movimento acaba por conceber a construção da nação e o perfil das relações sociais como uma decorrência direta da situação alimentar da população.

O estudo da fome revigora os impasses intimamente relacionados à compreensão das conexões entre estrutura social e fenômenos biológicos

Cabe, porém, ressaltar que nos anos de 1930 e 1940, sua obra busca superar a tese da inviabilidade da nação brasileira devido às características climáticas e raciais do País. Neste momento de profundas transformações econômicas e sociais, cria-se um ambiente intelectual favorável à formulação de novas hipóteses que, em linhas gerais, negam as interpretações fatalistas anteriores. Com efeito, surgem construções teóricas que enfatizam a necessidade de intervir na realidade.

Assim, Josué de Castro posiciona-se no núcleo deste debate, identificando na fome o real impedimento ao progresso. Em suas palavras, a história social do País "... não é mal da raça, é mal de fome". Ao contrário, portanto, das abordagens dominantes no início do século, nas quais predomina a associação do atraso à mestiçagem ou ao clima tropical, não existem impedimentos "naturais" para que a nação adquira outro patamar de desenvolvimento. A fome é, assim, um obstáculo não natural e cabe descrevê-la em sua ação sobre os grupos humanos, regiões e país.

Ao longo de seus estudos e basicamente a partir da influência da geografia, as questões acerca da relação entre natureza e sociedade aprofundam a idéia de interação: a transformação do meio natural e do homem são processos indissociáveis.

Interação. A fome é resultado desta interação. A atualidade do pensamento de Josué de Castro reside nessa abordagem, e é fundamental a

DESEMPREGO, POBREZA E FOME

A fome afeta parcela cada vez maior das populações dos países subdesenvolvidos. Na América Latina, durante a década de 1980, a situação agravou-se ainda mais como resultado das políticas econômicas recessivas implantadas em praticamente todos os países, com o objetivo de promover a estabilização econômica sem afetar os privilégios das elites locais e dos credores estrangeiros. O resultado geral de tais políticas compreende a redução da atividade econômica, o aumento do desemprego e o achatamento dos salários; ou seja, ampliação da pobreza e da miséria absoluta, das quais a fome é apenas uma das manifestações.

O Brasil não constitui exceção a este padrão. A rigor, a recessão

verificada ao longo da década passada e que persiste neste início dos anos de 1990, apenas agudizou um problema antigo: a pobreza e a fome são realidades antigas e crônicas na América Latina e em todo o Terceiro Mundo. A história econômica mundial demonstra amplamente que a pobreza, como fenômeno de massa no Terceiro Mundo, é um produto direto da expansão capitalista mundial. Em nosso continente, ela expandiu-se a despeito dos surtos de desenvolvimento industrial e agrícola, ocorridos desde meados do século passado.

Fonte: Política Nacional de Segurança Alimentar, Governo Paralelo, outubro/1991.

As propostas para a solução do quadro de fome ultrapassam as intervenções no âmbito da produção de alimentos

releitura de autores com tal preocupação. Nesse movimento, parece não existir uma só tendência explicativa capaz de esgotar as questões que envolvem a articulação entre o biológico e o social.

O problema de fome-desnutrição, colocado nesses termos, impõe a superação de interpretações mecanicistas. O desafio consiste em aceitar a complexidade e a ausência de soluções teóricas e metodológicas prontas para a consolidação de uma nova leitura.

Por tudo isso, é válido ampliar o debate, aceitando a tarefa de se buscarem autores com distintas contribuições e enfoques no interior de um processo que, em última análise, refere-se à revisão crítica do pensamento na saúde e na nutrição. Na

verdade, adotar a fome como conceito que melhor expressa a realidade nutricional é entender, como aponta Ortega e Gasset, "o estranho dualismo dos fenômenos vitais" (Ortega e Gasset, J., *El tema de nuestro tempo*, 1983). Para o filósofo espanhol, entender um fenômeno biológico é mostrar a necessidade para a perduração do indivíduo. Com isso, as propostas para a solução do quadro de fome ultrapassam as intervenções no âmbito da produção de alimentos ou de sua distribuição para a população. Essas medidas, ainda que emergencialmente possam ter algum impacto, não são capazes de atingir a real dimensão do problema.

O estudo da fome e, conseqüentemente, uma nova prática são processos que exigem a radicalização de uma perspectiva totalizante, que integre as áreas do conhecimento e rompa as fronteiras disciplinares. Assim, é possível resgatar a alimentação como direito e, portanto, uma face da cidadania.

Rosana Magalhães é pesquisadora assistente da ENSP/Fiocruz.

O ESTADO BRASILEIRO E A ALIMENTAÇÃO

Maria Lucia M. Bosi

O artigo nos traz de volta a realidade dramática da fome no País. Temos dois países dentro de um só, embora com o lastimável predomínio do Brasil da fome e da subnutrição sobre o Brasil da abundância

Atualmente assistimos na sociedade brasileira, como parte de um movimento que se internacionaliza, ao ressurgimento de preocupações de caráter ético, ao lado de uma tomada de consciência crescente da questão ecológica.

Falar em ética e ecologia recoloca no centro das discussões a luta pela garantia de alguns direitos, dentre os quais o acesso a uma alimentação suficiente qualitativa e quantitativamente.

O debate em torno da problemática alimentar brasileira tem estado presente por décadas e décadas, suscitando ações e reações diferenciadas. Apesar disso, o tema permanece atual, e esta atualidade se deve à permanência do problema que, por sua natureza, exige transformações estruturais. Apesar de propostas por muitos segmentos sociais, elas jamais foram efetivamente conduzidas.

Distribuição perversa. Para entendermos o papel e a ação do Estado brasileiro no campo da alimentação é preciso caracterizar a problemática nutricional alimentar e analisar seus determinantes básicos.



Restos de comida — fonte de alimentação de muitos

Um primeiro aspecto que cabe questionar é a conveniência da expressão “alimentação do brasileiro” tal como vem sendo correntemente utilizada. Numa sociedade profundamente desigual, em que a distribuição de renda é absolutamente perversa, como se pode falar genericamente em alimentação dos brasileiros? Em outras palavras, o que queremos dizer é que em termos alimentares, como, aliás, ocorre com tudo o que se relaciona diretamente ao poder de compra, há “brasileiros” e “brasileiros”.

Em relação ao padrão de alimentação, é preciso aprofundarmos nossa reflexão para percebermos que aí se expressa o contraste entre a abundância e a miséria. Um exemplo facilmente observável nos grandes centros urbanos é a presença de uma imensa massa de crianças e adultos subnutridos, ao lado de uma pequena parcela cuja preocupação alimentar constante é a perda de peso, conseqüência de um consumo exagerado sem o gasto calórico correspondente.

Abundância e miséria. Esse aparente paradoxo é facilmente compreensível

tendo em vista que a participação na produção da riqueza nacional nem sempre, e no geral, se faz acompanhar de uma participação na distribuição dessa riqueza. E é por isso que podemos dizer que, em termos de alimentação, temos dois países dentro de um só, embora com o lastimável predomínio do Brasil da fome e da nutrição sobre o Brasil da sociedade.

Por esse motivo, apesar da existência de perfis diferenciados quando se fala em questão nutricional-alimentar brasileira, normalmente

lê-se fome e desnutrição. Daí a importância de, ao generalizarmos, percebermos que a alimentação do brasileiro é uma realidade que não é homogênea, acompanhando a desigualdade social.

Mais importante ainda é percebermos que, ao lado desta generalização que, às vezes, nos passa despercebida, circulam certos mitos que dificultam a transformação do quadro atual. Como aceitar a tese da escassez de alimentos se existem parcelas supernutridas? Como tratar a desnutrição como uma doença biológica como muitas outras se jamais acomete as pessoas que pertencem às classes economicamente favorecidas? Como esquecer que a ciência já provou que, de um modo geral, não há diferenças raciais ou genéticas que possam explicar os déficits de peso e estatura das crianças e adultos das classes populares brasileiras? Será que ainda é possível acreditar no mito de que o brasileiro não come porque não sabe comer, ou já nos

O debate em torno da problemática alimentar brasileira tem estado presente por décadas e décadas, suscitando ações e reações diferenciadas

convencemos de que a elevação do poder aquisitivo tem que acompanhar qualquer programa educativo?

Direito adquirido. Talvez hoje não seja mais necessário repassar estes velhos mitos. A sociedade brasileira a cada dia se conscientiza de que a desnutrição é uma expressão biológica de uma "doença social". Com o agravamento da crise, cresce o percentual de famílias que precisam buscar estratégias para garantirem hoje o que tinham como um direito adquirido; no caso da alimentação, um direito básico de sobrevivência. E aí cabem algumas perguntas: O

que tem que ser feito? O que tem sido feito? Qual o papel do Estado? Qual o papel da sociedade?

Como sabemos, a situação nutricional-alimentar só pode ser adequadamente analisada e equacionada se considerarmos três diferentes níveis de determinação que interagem de modo dinâmico: a produção, o consumo e a utilização biológica. Os dois primeiros níveis (produção e consumo) denunciam a importância decisiva que o planejamento em certos setores como a agricultura e a economia têm na alimentação do brasileiro.

Obviamente, antes de o alimento ser ingerido e digerido, ele precisa ser plantado e distribuído. Só quando adequadamente equacionados estes dois primeiros níveis é que a questão pode ficar inscrita no terceiro, ou seja, à esfera biológica. Assim, vemos claramente que estar ou não bem alimentado não depende apenas da nossa ação individual, mas sim de uma estratégia que coloca em discussão o papel do Estado brasileiro e o que tem sido feito por ele no sentido de garantir à população o acesso a uma alimentação suficiente.

Ação do Estado. Na história recente brasileira, especialmente a partir dos anos de 1970, assistimos a uma proliferação de programas de projetos, que visavam, segundo o discurso estatal, o equacionamento do problema da fome e da má nutrição em suas diversas modalidades. Entretanto, apesar de todas as ações até aqui implementadas, continuamos com uma prevalência expressiva de má nutrição nos segmentos desfavorecidos da nossa população. E tudo isto por quê? A resposta é complexa e ao mesmo tempo simples, uma vez que não precisamos entrar numa análise minuciosa para entendermos uma realidade fundamental: sempre houve uma distância efetiva entre o que se propôs e o que se fez de fato. Poderemos viver mais cinco séculos e não iremos superar o problema ali-

AS EXPORTAÇÕES E A FOME

Todas as nações do chamado Terceiro Mundo usam seu solo arável para exportações, e em todas há fome. Quanto mais exportam, mais longe estarão de resolver seu próprio problema alimentar. As nações ricas tendem a usar cada vez mais seu solo para a produção de alimentos essenciais, deixando para nações pobres a produção complementar de matérias-primas para processamento industrial.

O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas, mas é também um dos campeões da fome. Não se trata apenas de dividir a terra, mas de promover a utilização racional dos recursos naturais e humanos do País, em benefício de sua própria população.

Presentemente, como ao longo de séculos, esses recursos vêm sendo dilapidados no Brasil, em benefício

de interesses externos, pelas exportações a preços que correspondem a remunerações insignificantes para os recursos utilizados. Por outro lado, a produção de alimentos para consumo local está a cargo de pequenos produtores descapitalizados, sujeitos à intermediação comercial espoliativa, sem capacidade de armazenamento e transporte, sem acesso ao crédito, sem assistência técnica.

Se quisermos evoluir para padrões mais dignos será necessário mudar o presente modelo econômico. Poderíamos solucionar o problema da fome, priorizando o apoio aos produtores de alimentos, em lugar de subsidiar exportações.

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, nº 137, 1991.

mentar, a menos que implementemos de fato uma estratégia adequada. Em outras palavras, o problema é técnico, mas — não devemos esquecer — é também e essencialmente político. No caso brasileiro, competência técnica na área não parece ser o que nos falta, mas sim vontade política, que só ocorrerá quando se tiver feito a opção por um modelo de crescimento que promova também o desenvolvimento social, o que nos traz de volta à questão da ética na política.

Já que sabemos que o Estado tem um papel fundamental que não tem sido cumprido mas que pode ser re-direcionado, resta-nos indagar: Como? Aí entra a sociedade: eu, você, todos nós.

A ALIMENTAÇÃO DO BRASILEIRO CORRESPONDE À DESIGUALDADE SOCIAL



34% Têm uma ração calórica suficiente



66% Têm uma ração calórica insuficiente

Fonte: Delpeuch / Solagrál



Famílias de rua — uma realidade nacional

A sociedade brasileira a cada dia se conscientiza de que a desnutrição é uma expressão biológica de uma "doença social"

têm tudo a ver com a reprodução da fome em nosso país.

Torna-se fundamental buscar novos canais de participação para o exercício da cidadania, em todos os espaços do cotidiano. Do contrário, Estado brasileiro e alimentação continuará sendo

mais um tema entre tantos, assim como a desnutrição vem sendo considerada como mais uma doença entre muitas, apesar de continuar matando mais de 20 milhões de crianças por ano em todo o mundo.

Busca de novos caminhos. Pessoalmente, não creio que os atuais setores dominantes irão colocar no centro das prioridades problemas como a fome, entre outras necessidades fundamentais. O motivo é muito simples: a produção da fome gera lucro e a desnutrição não os ameaça, já que não afeta esses segmentos (ao contrário de outras doenças que, embora matem muito menos pessoas,

constituem prioridade para ação). Assim, fica claro que se alguém tem que lutar pela erradicação, esse alguém é a população: escolhendo melhor seus dirigentes; suscitando o debate na sociedade; participando das lutas dos vários setores que reivindicam melhores salários, reforma agrária, condições decentes de moradia e trabalho; e tantas outras questões que, embora pareçam distantes,

Maria Lucia M. Bosi, nutricionista e socióloga, é professora adjunta da UFRJ e doutoranda da ENSP/Fiocruz.

COMIDA PARA OS DESNUTRIDOS: O FIM DA HISTÓRIA?

Luiz Eduardo Carvalho

Antes do debate, há a desnutrição. Se as estatísticas enganam, ou se o clientelismo das elites engorda pela fome, em qualquer viés o debate não pode esquecer-se de pessoas, barrigas vazias e riscos de vida

Imaginemos um posto de saúde situado num bairro pobre. Para visualizarmos o tipo de clientela, já não é preciso muita imaginação. Por exemplo, uma criança desnutrida, de 18 meses, e sua mãe, no terceiro mês de uma nova gestação. A criança está doente. O médico examina e, como em muitas das consultas anteriores, conclui: é desnutrição. Apelemos,

então, outra vez para a imaginação e respondamos: O que faz esse médico? O que diz à mãe?

Deixemos em suspenso esta trivial cena do cotidiano e vejamos o que se passa em Brasília, neste início de governo Itamar. O Ministério da Agricultura anuncia o lançamento do Proalimentos, um programa de subsídio de uma cesta básica para cerca de 1,4 milhão de famílias, que chegará a 4,5 milhões em doze meses, embutindo um desconto de cerca de dez dólares por família.

No mesmo momento em que o Proalimentos é discutido pelos ministros da Agricultura, Educação, Previdência Social e Trabalho, o ausente Ministério da Saúde, por meio do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), anuncia a erradicação do programa de suplementação alimentar via rede de saúde. E

o Ministério do Bem-Estar Social nada diz sobre o Proalimentos ou sobre a continuidade dos programas que sempre estiveram sob sua responsabilidade, como o Programa de Complementação Alimentar (PCA) da LBA ou o de tiquetes do leite. Tudo o que se sabe é que a entressafra leiteira de 1992 apresentou sobra surpreendente de leite. Ou seja, o consumo de leite caiu dramaticamente no Brasil.

Curiosamente, os efeitos da brutal recessão, do desemprego e do arrocho salarial, que aparecem tão claramente na queda de consumo de alimentos básicos, como é o caso citado do leite, não estão nas estatísticas nutricionais. O mesmo Inan acabou de gastar 1,5 milhão de dólares com um levantamento, feito pelo IBGE, para concluir que a situação nutricional hoje no Brasil está surpreendentemente muitíssimo melhor que estava em 1975. Se esse levantamento tiver sido feito com o mesmo cuidado dedicado ao recenseamento — criticado e denunciado de ponta a ponta em todo o Brasil —, ganha força a hipótese de que essa melhoria em verdade não houve e que a miséria e a fome, agravadas, só podem mesmo ter conduzido ao aumento da desnutrição.

Essa polêmica, contudo, aqui não importa, uma vez que tendo ou não diminuído o número de desnutridos, eles, com certeza, ainda são muitos milhões, o que demanda atendimento social e, dentro deste, sem dúvida, algum tipo de atendimento nutricional. É sobre isso que trataremos aqui.

Era uma vez a suplementação. Em 1975, quando estabeleceu o Progra-



Distribuição de leite para pessoas carentes no Mato Grosso do Sul

ma Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), o governo federal assumiu que todas as famílias com renda inferior a dois salários mínimos, contendo gestantes ou nutrízes, deveriam receber alimentação gratuita por meio dos postos de saúde. E uma cesta básica, aportando cerca de 45% das necessidades energéticas e protéicas, conteria cotas para essa mãe e para cada um dos filhos menores de sete anos de idade. Privilegiava-se, então, o critério de vulnerabilidade biológica, ao lado da vulnerabilidade social.

A universalidade da cobertura dessa população-alvo mostrou-se impossível. Até porque o Pronan preconizava, complementarmente: atender as crianças maiores de sete anos com a merenda escolar, atingindo cerca de 30 milhões de estudantes; atender os trabalhadores de baixa renda, mediante restaurantes coletivos, que redundaram nesses desvirtuados tíquetes-refeição hoje disseminados pelo Brasil; e atender ainda famílias carentes por meio da rede da LBA, com o PCA, que distribuía sopas desidratadas, pós para mamadeira e bebidas lácteas aromatizadas. Ademais, o Ministério da Agricultura acrescentou a Rede Somar, com abastecimento popular, e o Inan, com estrutura similar, introduziu o Proab, similar à Rede Somar, mas com subsídios consideráveis em bairros pobres de capitais nordestinas. Como quase todo ministro tinha seu programinha, o presidente Sarney, ao assumir, criou um para ser gerenciado diretamente do Palácio do Planalto: o tíquete do leite.

Recebendo toda essa herança, o governo Collor imprimiu sua marca. O Inan trocou a cesta básica por latinhas de fiambre. E o ministro Alcení Guerra mandou distribuir às pobres mães e crianças que freqüentavam postos da saúde um milhão dessas latas, com 70% de água e 2,5% de sal, além de mais de 10% de gordura saturada. Desmandos similares ocorreram nos demais programas.

E era uma vez mesmo! Diante desse quadro, o Inan, órgão central das atividades federais de alimentação e nutrição, optou pelo término da doação de alimentos, argumentando que: 1) “as denúncias de desvios, distorções e abusos de ordem político-clientelista têm conduzido a um crescente descrédito pela sociedade em relação a este tipo de intervenção”; e 2) “os programas de distribuição de alimentos pouco contribuem para a melhoria do estado nutricional, devido a sua baixa cobertura e descontinuidade do atendimento”.

INFÂNCIA COM FOME

A desnutrição crônica infantil ainda é um escândalo nacional. Só no Norte e Nordeste, pesquisa do IBGE encontrou cerca de 1,5 milhão de crianças desnutridas, o que equivale a toda a população do Uruguai e Chile com menos de cinco anos de idade.

A meta do governo, três anos atrás, era atender 13 milhões de crianças com menos de sete anos e 3,3 milhões de mulheres gestantes inscritas nos programas federais de alimentação. Mas a pesquisa revelou que tal número só teria sido alcançado se todas essas crianças e mulheres estivessem inscritas em pelo menos três programas alimentares. Acontece que, dos 4,4 milhões de crianças com menos de três anos, nascidas de famílias com renda inferior a dois salários mínimos, apenas 30% (1,3 milhão) estavam inscritas em pelo menos um programa governamental. E de um total de 800 mil gestantes, apenas 120 mil (15%) foram atendidas.

Apesar de se encontrarem no Nordeste 75% das crianças desnutridas, menores de três anos, de todo o Brasil, verificou-se também que apenas 25% do atendimento foi prestado nessa região.

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, nº 152, 1992.

Curiosamente, os efeitos da brutal recessão, que aparecem tão claramente na queda de consumo de alimentos básicos, não estão nas estatísticas nutricionais

Complementando, o Inan argumenta ainda que “não questiona a necessidade do desenvolvimento de programas de distribuição gratuita de alimentos a grupos específicos da população, executados pelo setor público para o enfrentamento do problema alimentar do País. Porém, entende que estes devem estar inseridos numa política intersetorial de governo que trate da problemática de forma global, em seus diferentes e complexos níveis de determinação. O equacionamento da questão da fome, portanto, não é função social apenas do setor saúde, e nem é de competência da rede de saúde a distribuição de alimentos. A esta compete a promoção da articulação intersetorial do governo para o enfrentamento da questão, já que as consequências da má alimentação são, em última instância, referenciadas ao sistema de saúde”.

Olha o Proalimentos aí, gente! Em consonância com essa decisão política, o Inan não incluiu, em sua proposta orçamentária para 1993, quaisquer recursos para aquisição e distribuição de alimentos. E as consequências já se fazem sentir. O governo elabora um programa nutricional de emergência e o Inan sequer é ouvido. Com isso, a sociedade perde duas vezes. Primeiro, perde o programa de alimentos nos postos de saúde, assim como antes se perdeu o subsídio ao trigo que, bem ou mal, destinava um bilhão de dólares anualmente para baixar o preço do pão. A promessa oficial era a de aplicar aquele bilhão em programas res-

tritamento voltados para os desnutridos. Como sabemos, e como era óbvio prever, isso não ocorreu; e mesmo esse novo Proalimentos ambiciona tão apenas obter míseros 140 milhões de dólares...

Em segundo lugar, perde porque o Proalimentos não conseguirá atingir a população mais carente. E isso também é óbvio, pois para atingir os mais carentes, os totalmente sem recursos, os mergulhados na miséria

Em nome da fome e dos famintos muitos programas e tributos são lançados, visando sempre outros objetivos

A APARÊNCIA QUE ENVENENA

A cada cinco minutos, surgem no mundo 200 mil bocas para serem alimentadas. Evidentemente, é muito difícil para a produção agropecuária e as tecnologias de transporte, armazenagem e distribuição de alimentos acompanharem tal ritmo do crescimento populacional. Essa realidade, que tem consagrado o uso de aditivos químicos no processamento dos alimentos como "mal necessário do homem moderno", não pode, entretanto, justificar e escamotear os abusos e as irregularidades que se cometem, no Brasil, e que colocam em risco a saúde da população.

Segundo o professor Orlando Moraes, da Fiocruz, "a situação é grave, sobretudo, para as crianças, e inclui até mesmo aditivos proibidos nos países de origem, como o corante vermelho e o ciclamato". Os aditivos são usados para dar gosto, cor, viscosidade, textura, aparência e consistência aos alimentos, e também para evitar ou retardar alterações oxidativas ou mudanças provocadas por microorganismos ou enzimas. A cada momento, descobrem-se novos problemas para a saúde dos consumidores, provenientes das irregularidades de processamento dos alimentos cometidas pelas indústrias ou por uma simples doceira, e também oriundos do excesso de ingestão de um tipo de aditivo.

As indústrias nacional e estrangeira forçam a aceitação dos seus alimentos, sem que a Saúde Pública saiba sequer o que realmente estes produtos possuem, devido aos "segredos de fábrica". O objetivo do uso dos aditivos é o lucro. Em função disso, a opinião pública é manipulada por meio das fartas verbas que veiculam propagandas falsas.

Os "lobbies" da indústria alimentícia não deixam que os meios de comunicação debatam os problemas que os aditivos químicos causam à saúde pública. Técnicos em análise de alimentos defendem campanhas de esclarecimento sobre os condicionamentos a que a população está submetida.

Fonte: Cadernos do Terceiro Mundo, nº 119, 1989.

absoluta, é imprescindível que a distribuição dos alimentos seja inteiramente gratuita. Para estes, de nada adiantará reduzir o preço do feijão de 100 para 90 ou mesmo para 70. Continuarão sem poder comprar, continuarão com fome, continuarão desnutridos.

Visto de forma mais generalizada, o Proalimentos até pode significar algum benefício social, atingindo a meta de propiciar dez dólares mensais de economia por família na aquisição de alimentos. Mas nada garante que essa quantia será totalmente reinvestida na aquisição de mais comida ou do mesmo tipo de comida. Assim, pela lógica ali adotada, seria muito mais prático e barato, até do ponto de vista operacional e administrativo,

fornecer logo um vale familiar de dez dólares, do mesmo tipo do vale-transporte ou vale-refeição. Ou não?

Consideremos, contudo, a hipótese mais otimista, em que cada família reuplicará, no mesmo tipo de comida, os dez dólares mensais de subsídio. Isso daria para comprar algo como 20 kg de arroz e feijão ou o equivalente a cerca de 2.300 kcal/dia/família. Não seria desprezível essa complementação alimentar. O problema é que para ganhar esses dez dólares de desconto seria preciso gastar 50 dólares para comprar comida, aquilo que o governo estocou, pagando bem aos proprietários agrícolas e que agora não conse-

guem vender a preço de mercado. Definitivamente, não atingirá as famílias com renda mensal abaixo de dois salários mínimos e não terá qualquer impacto nos indicadores nutricionais da população de mais baixa renda.

Suplementação como cuidado primário. Será tudo isso um equívoco circunstancial? Na verdade, essa farsa se repete desde sempre. Em nome da fome e dos famintos, muitos programas e tributos são lançados, visando sempre outros objetivos, visando atender interesses específicos do Estado ou das elites que o dominam e dele dependem.

As políticas e os programas sociais demandam formulação e implementação com fundamentação técnica e forte capacidade administrativa. São necessárias decisão política e liberação de recursos, mas isso só não basta. É preciso institucionalizar o setor social, construir organismos capacitados em recursos humanos e criar programas que atuem permanentemente, sendo sempre aperfeiçoados e ganhando assim maior eficiência e produtividade. Mas cada presidente quer ter seu próprio programa; e só se lembra dele no discurso de posse ou naqueles episódios críticos nos quais pipocam manifestação de saques, arrastões, rebeliões.

A suplementação alimentar já foi vista como alternativa para superar óbices ao crescimento do Produto Interno Bruto, na época do milagre econômico. Depois foi vista — e mesmo o SNI andou sinalizando intervenções e prioridades para o Inan — como alternativa para conter revoluções populares contra o regime militar e seu modelo econômico. Foi, enfim, estabelecida como emergencial e transitória pelo Pronan. E agora o Inan resgata essa idéia quando diz que, como era transitória, está na hora de acabar. Mas transitória, claro, não era a suplementação, que esta tende a ser emergencial e per-



Crianças abandonadas, Mato Grosso do Sul

manente; transitória era a clientela que, melhor nutrida pelo Inan e, mais tarde, pela merenda escolar, deveria compor famílias e gerar filhos além dos limites da população-alvo. Contudo, como nos Estados Unidos ou na Suíça, sempre haverá, dentro dos valores vigentes em nossas sociedades, alguma parcela populacional marginalizada do sistema produtivo e demandando algum tipo de assistência.

A suplementação alimentar é internacionalmente reconhecida como uma das ações básicas ou um dos cuidados primários de saúde, e deve ser implementada de forma integrada com outras ações de proteção materno-infantil. Pode ser impossível alimentar, gratuitamente, todas as famílias, mães e crianças sob risco, mas não se pode deixar de atender aquelas que já apresentam sinais clínicos evidentes de desnutrição. E quando tal clientela bater à porta das unidades de saúde, estas precisarão de uma resposta — e seguramente de alguma comida — para oferecer.

Esse torturante critério, de só oferecer comida depois que a fome tiver maculado dolorosamente o corpo de uma criança, não encontra justifica-

O desnutrido não pode ficar esperando, com fome e barriga vazia, na sala dos médicos dos postos de saúde, enquanto discutimos sobre isso

tiva técnica ou ética. Periga mesmo estarmos, com ele, expandindo a síndrome sanfona que ataca madames gordas. Enquanto estas, em suas dietas sazonais, emagrecem e engordam continuamente, teremos entre os pobres o binômio nutre-desnutre. Então, o desnutrido pára de receber comida quando os sinais carenciais desaparecem; e volta a ter suplementação alimentar quando a desnutrição voltar. Isso pode parecer revoltante. E precisa ser equacionado, até mesmo mediante interveniência de outras políticas sociais, não necessariamente vinculadas ao setor de saúde. De toda forma, o desnutrido não pode ficar esperando, com fome e barriga vazia, na sala dos médicos dos postos de saúde, enquanto discutimos sobre isso. Uma discussão, aliás, que as autoridades responsáveis, hoje no Inan, se recusam a per-

mitir, sequer entre terceiros, em suas dependências, conforme ocorreu em seminário realizado em outubro de 1992.

Não estamos aqui falando, repita-se, de suplementação alimentar através da “Defesa Civil”, durante grandes calamidades, enchentes, desastres, secas prolongadas. E nem de atendimentos a desempregados ou a desempregados sazonais — como pescadores de lagosta — que, para estes, cabem programas mais específicos e de expressão econômica, não necessariamente traduzidos em doação direta de comida. Estamos falando estritamente do grupo biologicamente vulnerável, gestantes, nutrízes e crianças pequenas, e, nesse

grupo, daquele subgrupo que vai com certeza bater às portas dos postos de saúde ou cujas portas deveriam ser buscadas pelos funcionários desses postos.

Uma resposta de comer, por favor. É academicamente muito interessante identificar as ações das elites na operacionalização da suplementação alimentar, como a prática clientelista permite a manutenção das estruturas de poder e como permite, ao combater a fome, manter vivas as causas dessa mesma fome. E comprovar como essas elites se aproveitam desses programas para ganhar dinheiro, vendendo comida que ninguém quer comprar, a preços superfaturados.

Mas é preciso ter uma resposta para o médico que está com aquela mãe, lá em nosso primeiro parágrafo, a qual ali também espera, por sua vez, alguma resposta. E, de preferência, por pura necessidade, alguma resposta de comer.

Luiz Eduardo Carvalho é professor da Faculdade de Farmácia da UFRJ e doutorando em Saúde Pública da ENSP/Fiocruz.

PATENTES, ALIMENTOS, NÓS MESMOS

David Hathaway

Enquanto a segurança alimentar normalmente preocupa-se com a quantidade de alimentos fornecida para o nosso consumo, não podemos ignorar a sua qualidade e as intermediações que determinam não apenas o quanto mas o que comeremos. Com o patenteamento das biotecnologias e dos alimentos, empresas transnacionais bioquímicas poderão monopolizar ao mesmo tempo a qualidade genética das plantas, o uso de agrotóxicos e o produto final que chega até nossa mesa

Diz-me o que comes e te direi o que és. Esta seria uma tradução transcultural da máxima esotérica e naturalista *You are what you eat*. Interpretadas sejam lá como forem as várias dimensões da afirmativa, ela é uma verdade biológica que — com certeza, em termos materiais — nos une com ecossistemas próximos e distantes, os quais, aliás, cada vez menos naturais e mais dominados pela química e pelas máquinas agrícolas. O transporte, o processamento e o acondicionamento dos alimentos são outros fatores intermediários que ajudam a (des)caracterizar esta nossa substância.

Há elos que nos vinculam mesmo a estágios anteriores à produção na lavoura, entre os quais a oferta de sementes a serem plantadas. Há quem diga (Henk Hobbelink, *Biotechnolo-*

gy and the future of world agriculture, Zed Books, Londres, 1991) que a semente, como recurso genético, representa o quarto recurso de importância vital para a agricultura. Sabemos bastante bem como várias indústrias trabalham para degradar os outros três recursos naturais (a terra, o ar e a água), mas poucos têm noção da degradação genética imposta aos nossos alimentos por agências e empresas que presumem ou promovem a tecnificação da lavoura em seus trabalhos de “melhoramento” vegetal.

Uma variedade de feijão, alface, milho, soja, etc. pode ser melhorada por cruzamento com outras variedades para mudar sua composição genética e assim atingir maiores índices de rendimento, valor nutritivo, resistência a pressões ambientais, facilidade de colheita e/ou várias outras características.

Os interesses que orientam o melhoramento, no entanto, variam. Podem visar o bem do consumidor de alimentos, as vantagens para o agricultor, a integridade do meio ambiente ou simplesmente o lucro da própria empresa sementeira. Pode haver conflitos ou convergências entre essas visões, mas é tecnicamente muito difícil atender a todos os objetivos ao mesmo tempo. Na prática, é necessário fixar prioridades para o melhorista, um cientista que geralmente trabalha a serviço de um órgão público de pesquisa, uma cooperativa agrícola ou uma empresa privada. Sua pauta de pesquisa dependerá dos interesses fixados na estratégia global da instituição em que trabalha.

O patenteamento das biotecnologias, das plantas e dos alimentos —

tal como vem sendo promovido em muitos países por empresas bioquímicas transnacionais e governos de países industrializados — distorce as prioridades do melhoramento vegetal e da produção de alimentos. Por garantir a seu dono o monopólio sobre o produto protegido, a patente atrai o investimento de grandes empresas transnacionais para a atividade, deslocando o setor público da pesquisa em melhoramento e impondo, assim, a lógica exclusivamente privada sobre a pauta de pesquisa dos melhoristas.

Experiência em países industrializados. Esta é uma experiência já vivida em vários países industrializados nos últimos dez anos após o patenteamento das biotecnologias, dos genes e das plantas. Nesses países, a pesquisa de órgãos públicos governamentais e universitários se limita cada vez mais à prestação de serviços para as transnacionais químicas que já dominam quase todo o desenvolvimento tecnológico nessas áreas. Os impactos na escolha de prioridades para a pauta de pesquisa já são visíveis.

A característica mais buscada nas pesquisas de melhoramento vegetal com as novas biotecnologias patenteadas nas divisões sementeiras de firmas globais — como a Ciba-Geigy, a Monsanto e outras — é a resistência aos herbicidas “mata-tudo” vendidos no mundo inteiro pelas divisões irmãs de agrotóxicos das mesmas empresas. Casa-se, assim, a venda da semente com a de um veneno que agora poderá ser pulverizado até por avião, sem temor a danos para a cultura geneticamente modifi-

cada, mas com perigo crescente para as pessoas expostas e para o meio ambiente.

A segunda prioridade nesse admirável mundo novo aberto pela patente tem sido a introdução em variedades agrícolas de genes extraídos de bactérias inseticidas (como o *Bacillus thuringiensis*), para fazer com que as plantas produzam toxinas letais aos insetos-pragas. Essa forma de resistência a pragas pode parecer ecologicamente interessante à primeira vista, mas as experiências em escala comercial já revelaram que não passa de uma cilada empresarial de “obsolescência planejada”, já que as populações de pragas evoluem rapidamente e se adaptam, tornando as toxinas inofensivas contra elas e obrigando o agricultor a voltar ao inseticida químico até o próximo lançamento de “novas e melhores” plantas milagrosas.

Há vários trabalhos sobre bactérias do solo que fixam o nitrogênio do ar nas raízes das plantas — e compreensivelmente, já que essas firmas não são as mesmas que fabricam os adubos químicos a serem economizados. Quanto à qualidade do alimento, as pesquisas naqueles países se referem principalmente a características que facilitam o processamento industrial ou o transporte por meio de longas distâncias. Quase nada é feito para melhorar o valor nutricional do alimento (conteúdo protéico, vitamínico, etc.).

Em último lugar nas pautas da pesquisa patenteada em biotecnologias agrícolas está a preocupação com os impactos ambientais causados em ecossistemas pela introdução de plantas e microorganismos geneticamente modificados.

A experiência vivida nesses países desmente a tão propalada promessa de biotecnologias que nos trarão alimentos saudáveis, cultivados em ambientes limpos e seguros. O patenteamento buscado pelas empresas transnacionais garante seu monopólio comercial sobre sementes que,

sem patente, continuariam servindo para reprodução e uso totalmente livres, em mercados competitivos que até hoje no Brasil repelem a entrada deste oligopólio global. Com a entrada das grandes empresas privadas, vem o argumento de que o Estado não precisa mais se ocupar do melhoramento vegetal. Será dado o golpe de graça nos órgãos e laboratórios públicos nacionais que não souberem se adequar às “forças de mercado” guiadas por esta pauta que, em tão pouco, atende ao interesse do consumidor e do ambiente.

Pesquisa no Brasil. A pesquisa pública no Brasil, por outro lado, mostra o inverso das tendências mencionadas. O maior programa de melhoramento vegetal com biotecnologias no Brasil faz parte do Programa Nacional de Pesquisa de Biotecnologia Agropecuária (PNPBA) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. Dos 34 projetos componentes do PNPBA para 1992 com aplicações para a agricultura (excluindo, portanto, a pecuária), oito visam o controle biológico de pragas (com microorganismos e inimigos naturais), oito visam a resistência das plantas a pragas e doenças (incluindo feijão, trigo e grãos armazenados) e quatro visam o enriquecimento nutricional (feijão, mandioca, batata e proteínas em geral), enquanto 14 se referem a técnicas básicas ou genéricas para a manipulação de certas culturas ou ferramentas biotecnológicas (conforme levantamento preliminar realizado pelo autor). Não há sequer um projeto de melhoramento para resistência a herbicidas. Mesmo sem englobar as pesquisas de outras instituições públicas e universitárias que não participam do PNPBA, e apesar da terrível crise financeira que abala a Embrapa, a amostragem revela uma significativa preocupação com o agricultor, com o consumidor e com o ambiente. É uma orientação dia-

QUEM VAI TIRAR PROVEITO DO PROGRESSO BIOLÓGICO?

Impacto das biotecnologias no setor das sementes



metralmente oposta à lógica que seria imposta à pesquisa agrícola com a entrada das transnacionais sementeiras pela porta do patenteamento.

Se as instituições públicas de pesquisa agrícola desaparecerem ou assumirem a “privatização branca” de sua pauta de pesquisa, como resultado do patenteamento de suas técnicas e produtos, quem pagará seremos nós. Pagaremos não só na forma de *royalties* e preços manipulados, para remunerar os “avanços introduzidos por novos oligopólios”, mas principalmente pelo sacrifício da qualidade de nossos alimentos e de nosso ambiente, e por havermos renunciado a uma opção mais socialmente sustentável.

David Hathaway é economista e trabalha como pesquisador associado da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) — Rio de Janeiro — no projeto “Sementes e Biotecnologias”, financiado pela Fundação Interamericana (IAF) e em convênio com a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA).

PRODUÇÃO ALTERNATIVA: DIFERENÇAS, IMPASSES E CONTRADIÇÕES

Eduardo Safons Soares

Proliferam pelo País as lojas de “produtos naturais”, que ocupam significativo espaço na economia e que, por isso, são alvo de reportagens em jornais e revistas de grande circulação nacional. Menos “barulhentas” mas igualmente em franco processo de expansão, as feiras livres que comercializam produtos agrícolas “sem agrotóxicos” vêm ocupando seu espaço. Mas, afinal, quais as perspectivas e limites dessas iniciativas? Podem elas contribuir para a afirmação de novos padrões de consumo e de tecnologia agrícola?

Agricultura convencional teve suas bases fundadas em meados do século passado, com a descoberta de alguns processos químicos que, favorecidos por novas descobertas durante a Primeira Guerra Mundial, tornaram possíveis a produção e a utilização, em larga escala, dos chamados insumos químicos sintéticos (adubos, inseticidas, fungicidas, herbicidas, etc.). Essas bases eram complementadas pelo avanço da engenharia mecânica, com a tratorização das atividades agrícolas, e pela evo-

lução do conhecimento genético que permitiu o surgimento das variedades híbridas.

É importante destacar que tal padrão tecnológico foi apresentado ao mundo no fim da década de 1930, massificando-se nos países do Norte durante os anos seguintes. No Brasil, por razões que não é propósito deste artigo explicar, tal padrão só veio a ser implementado com todo seu vigor nos anos de 1960 e 1970.

Crítica à modernização. Tanto no exterior como aqui, esse processo de modernização não ocorreu sem críticas. No campo das ciências naturais e da economia houve críticas/alertas sobre os riscos de tal modelo. De maneira geral, as críticas — que vieram a se mostrar precedentes — situavam-se nos seguintes campos:

a) político — o modelo modernizador propunha técnicas cujo centro gerador, localizado nos países ricos, acentuaria a dependência tecnológica dos países pobres;

b) econômico — as técnicas apresentadas eram caras, geradas “da cidade para o campo”, exigindo para sua adoção maiores “doses” de investimentos de capital na agricultura. Essa dinâmica, no nível micro, causaria a exclusão de parte dos agricultores ou, no mínimo, seu crescente endividamento; no plano macroeconômico, estimularia o aumento da dívida externa dos países pobres;

c) social — a intensiva utilização de máquinas agrícolas, associada a outras tecnologias poupadoras de mão-de-obra (herbicidas, por exemplo), provocaria migração do campo para as cidades. O regime de internacionalização das economias agríco-

las provocaria o desaparecimento de hábitos e identidades culturais;

d) ecológico — a generalização mundial de um mesmo padrão tecnológico (“pacote agrícola”), desprezando as características distintas dos diferentes ecossistemas, provocaria desarranjos ambientais imprevisíveis. A utilização de substâncias sintéticas poderia causar efeitos indesejáveis sobre o meio natural.

Modelos alternativos diversos. Tanto no plano geral quanto no específico, a história encarregou-se de mostrar que os críticos da “Revolução Verde” tinham razão. Entretanto, se a crítica ao modelo era unânime entre os alternativos, o mesmo não se passava quanto à afirmação de um novo modelo. Em diferentes países, com base em variadas inspirações e concepções, desenvolveram-se várias Escolas de Agricultura Alternativa. As mais conhecidas internacionalmente são a Biodinâmica, a Biológica, a Natural e a Orgânica.

Longe de representarem apenas diferenças semânticas, as diferentes utopias acabaram por gerar práticas distintas em meio à agricultura e à sociedade. De tal modo que se observarmos as tentativas de produção e comercialização de produtos agrícolas “alternativos”, encontraremos diferentes padrões técnicos de produção e formas de inserção no mercado.

A apreciação dessa realidade nos permite perceber que as experiências existentes acumulam uma série de impasses/contradições que tem impedido sua reprodução ou expansão junto à sociedade. A produção e a comercialização de produtos agrícolas



Loja de produtos naturais, Rio

“alternativos” permanecem como um espaço marginal no mercado.

Tais impasses/contradições podem situar-se no plano interno ao próprio movimento (concepções, padrão técnico, capacidade de articulação, etc.) ou no externo (políticas públicas para o segmento, legislação, relação com o consumidor, etc.); da solução dada aos mesmos dependerá a capacidade dos “alternativos” em afirmarem-se como opção para um novo tipo de desenvolvimento agrícola.

Pouca unanimidade. De maneira geral, as experiências existentes enfrentam inúmeras questões. No plano interno, existe uma discussão sobre qual público de agricultores deve ser privilegiado nas ações de difusão e de assistência técnica, ou mesmo no “desenho” do modelo agrícola alternativo. Há os que consideram esta questão irrelevante, já que a poluição não é causada apenas por pequenos produtores; e há os que consideraram um papel estratégico para a pequena produção, tendo em vista tanto razões ambientais e econômicas (distribuição de renda, por exemplo) quanto éticas (justiça so-

Se observarmos as tentativas de produção e comercialização de produtos agrícolas “alternativos”, encontraremos diferentes padrões técnicos de produção e formas de inserção no mercado

cial). Em razão disso, podemos observar experiências de produção e comercialização unicamente com pequenos produtores e, ao mesmo tempo, outras que reúnem pequenos a grandes produtores orgânicos. Além disso, não há unanimidade sobre as técnicas — especialmente os insumos — que garantem que um produto seja natural. Sobre isso, podemos citar o uso/recomendação de caldas de sais não-solúveis (bordaleisa, sulfocálcica, etc.), aprovada por alguns e condenada por outros “alternativos”. Exemplo também bastante rico desse impasse técnico é a discussão sobre a biotecnologia. Esta tecnologia de ponta, que consegue manipular a carga genética de

plantas, animais e microorganismos, representa — a cada dia mais — uma das principais fontes de insumos para controle de pragas e doenças na agricultura. Os “alternativos” dividem-se entre aceitar tal tecnologia (por considerá-la um avanço em relação aos agrotóxicos) ou condená-la (por perceberem riscos, tanto do ponto de vista de dependência tecnológica — as empresas produtoras de biotecnologia são as mesmas dos agrotóxicos e sementes híbridas — quanto ambientais). Exagerando um pouco, é como se entre os “alternativos” não houvesse suficiente clareza sobre o que é, de fato, natural.

Com relação ao aspecto econômico, a preocupação com tecnologias de baixo custo também não é unanimidade. Existem experiências que adotam padrões técnicos “alternativos” e que, nem por isso, tornam-se acessíveis aos agricultores de mais baixa renda. Em razão disso, em muitos casos observa-se a produção alternativa destinada a um consumo de elite, praticando preços acima do mercado.

A questão da autonomia dos produtos, relacionada à capacidade que o mesmo tem de gerar suas próprias técnicas, não é considerada relevante por várias experiências que, apesar de ecológicas ou economicamente viáveis, acentuam a dependência do agricultor em relação aos recursos externos.

O fortalecimento dos mercados locais/regionais também é outro ponto de discrepância em meio às experiências existentes. Uns apostam no fortalecimento do mercado interno, outros consideram como inexorável a internacionalização da agricultura e tratam de ocupar espaços nela. Esta questão, além de estar relacionada com o tipo de modelo de desenvolvimento a ser preconizado,

tem interface com a questão ambiental: a internacionalização da agricultura implica custos energéticos sempre maiores, do tipo “exportar açúcar, importar caramelo”.

Do ponto de vista da articulação, apesar do crescente espaço que vem sendo ocupado, os “alternativos” são bastante desarticulados. Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs) têm-se esvaziado por não conseguirem ser o espaço eficaz de discussão e resolução des-

ses impasses. De maneira geral, as experiências são bastante desarticuladas — imperando o “cada um por si” (o Deus também não é unânime). Cada experiência prática (ou Escola) faz seu jogo de influência, dependendo do maior acesso junto a este ou aquele governo. Nesse sentido, pode ser incorreto afirmar-se a existência de um Movimento de Agricultura Alternativa.

Oportunistas da “onda verde”. No plano externo, os “alternativos” têm sido ineficientes em influir positivamente para o surgimento de políticas públicas específicas. Os casos de apoio a uma ou outra experiência de produção e comercialização de produtos orgânicos têm sido pontuais — a depender da sensibilidade do governante em exercício e, portanto, sujeita a fluxos e refluxos. Os espaços que vêm sendo ocupados não têm sido “institucionalizados” pelo poder público.

A não-resolução dos problemas internos tem dificultado a proposição de uma legislação específica para a produção e comercialização de produtos orgânicos. Tal fato faz com que venham surgindo vários oportunistas no mercado que, tentando capitalizar a “onda verde” existente na sociedade, estabelecem pontos de venda de produtos etiquetados como “naturais”, mas sem garantia de procedência e sem acompanhamento técnico. Este fato representa riscos tanto para os consumidores quanto para os próprios “alterna-

tivos”, pois pode levar ao descrédito iniciativas honestas de produção e comercialização de produtos orgânicos.

Além disso, as relações com os consumidores ainda são estritamente mercadológicas. Os “alternativos” ainda não exploraram de maneira eficiente as ricas oportunidades de comercialização com grupos de consumidores, o que, se obtido, estabeleceria formas concretas de cooperação.

Educação alimentar. Por outro lado, os hábitos e as crenças alimentares da população, o padrão de consumo e de qualidade têm sido um entrave à expansão das experiências existentes. Para o enfrentamento desta dificuldade, os “alternativos” — associados aos órgãos públicos responsáveis pelo abastecimento — deveriam ser capazes de promover campanhas massivas de educação alimentar.

Todas estas questões, eivadas de um pessimismo aparente, foram colocadas com base na convicção de que as perspectivas para que os “alternativos” possam contribuir para a gestação de um novo modelo agrícola são reais. Porém, tais perspectivas só se transformarão em realidade se as várias experiências existentes souberem enfrentar a discussão sobre suas diferenças, impasses e contradições.

Se o denominado Movimento de Agricultura Alternativa não encarar essa responsabilidade, se não tiver essa vontade política, restará a ele a marginalidade que o tem caracterizado — em benefício dos mesmos interesses que promoveram a crise social, econômica, ambiental e política que resultou da Revolução Verde.

Eduardo Safons Soares é engenheiro agrônomo e coordenador-executivo da Assessoria a Programas em Tecnologias Alternativas (APTA).



Feira de produtos sem agrotóxicos, ES

POR QUE NÃO VOLTAR AO PASSADO?

Todos sabemos da evolução da espécie humana e dos hábitos alimentares dela. Durante milhões de anos, nossos ancestrais, nômades, se alimentaram de frutos, raízes, grãos, brotos, ovos de pássaros, eventualmente insetos. Durante milênios, habituamos nosso organismo a uma dieta sóbria, com ingredientes específicos, que exigiam determinada soma de trabalho de mastigação e digestão. De um momento para outro, nos últimos cem anos, alteramos radicalmente essa dieta, à custa de aperfeiçoamentos disponíveis: fogões sofisticados, embalagens, refrigeradores, fornos de microondas. Não é possível

aceitar que tais mudanças, feitas em tão pouco tempo, pudessem ser aceitas pelo organismo sem os traumatismos hoje consignados pela medicina. Ingerir alimentos crus e naturais não nos devolve à ancestralidade. Fibras não são macias como mingaus mas fazem bem. Gorduras animais fritas constituem golpe rude e inesperado. Os açúcares existiam nos frutos e no mel, mas nunca participaram da dieta na tentadora variação de sabores oferecidos hoje em dia. É preciso meditar sobre essa súbita e radical agressão.

Fonte: Tempo Jovem, suplemento especial do Jornal Verde, nº11, agosto-setembro/92

ALIMENTOS: ENTRE O FUNCIONAL, O SIMBÓLICO E AS NECESSIDADES BÁSICAS

John Wilkinson

O significado do alimento ultrapassa a dimensão nutricional. Ele abrange a sabedoria empírica acumulada, mas contém, em grande parte, magia e ritual. Mudar o regime alimentar de um povo implica tocar em sua identidade social e em suas relações com o sagrado

A dieta humana tem-se caracterizado pela não-especialidade, e, diferentemente de muitas espécies, a satisfação nutricional tem sido alcançada pela combinação de um leque diversificado de fontes complementares. Num *mix* complexo de rotina e busca, os padrões de consumo alimentar, ao longo da história, exi-

bem traços de conservadorismo e de constante inovação. Assim, ao pão de cada dia sempre se juntaram produtos exóticos trazidos de longe.

Essa versatilidade alimentar permitiu uma grande capacidade de adaptação a diferentes ecossistemas, o que viabilizou as migrações e a expansão geográfica. Os riscos de inovação (envenenamento) levaram à sua canalização dentro de um código de regulação, estabelecendo regimes alimentares consagrados em costumes e em códigos e preservados nos rituais da cozinha comandada pela mulher.

Porém, a análise de sistemas alimentares não se esgota numa apreciação da sua funcionalidade. As preferências e os tabus não obedecem a critérios únicos de nutrição. Os pratos prediletos de um povo provocam, muitas vezes, vômitos nos vizinhos. Por outro lado, fontes altamente nutritivas — formigas talvez sejam um caso exemplar — podem

permanecer tabu mesmo em contextos de fome.

Alimento — sabedoria e magia. O alimento, portanto, faz parte igualmente do mundo simbólico, e os padrões de consumo refletem posições perante o mundo e entre a sociedade. Assim, mudar o regime alimentar pode implicar mudanças na organização social e nas relações com o mundo. Mais ainda: o alimento toca na identidade social do homem e intermedeia as suas relações com o sagrado. Nesse contexto, os cuidados e a frugalidade que caracterizam a rotina do regime alimentar podem ceder lugar ao sacrifício, ao desperdício e ao excesso.

Nas relações com a saúde, o alimento abrange duas esferas — sabedoria empírica acumulada e magia e ritual. E nesse contexto de ambivalência do significado do alimento devemos analisar a consolidação do sistema industrial de alimentos que,



desde os anos de 1970, se impõe como o regime alimentar predominante no Brasil.

Indústria da comida. Por um lado podemos ver a primeira fase dessa industrialização na ótica do triunfo do significado funcionalista do alimento. Assim, fortemente influenciada pelo modelo internacional, a indústria alimentar adapta os padrões de consumo às exigências do mundo urbano-industrial. As refeições mais comunitárias/familiares, intensivas em mão-de-obra e sabedoria culinárias e baseadas na "panela-no-fogo", cedem lugar a frituras rápidas e individualizadas de alimentos semiprontos ou de fácil preparo.

Em tal modelo a comida tradicional é desprestigiada junto a sua base produtiva no campesinato, em favor de alimentos mais funcionais ao mundo moderno mais individualizado no qual as exigências de tempo e espaço levam as pessoas a substituírem o lar pela lanchonete. Uma agricultura de monocultura mecanizada faz a contrapartida aos novos produtos alimentares homogêneos e massificados.

Nos países industrializados, esse modelo levou a um barateamento real dos custos alimentares, permitindo a satisfação das necessidades nutricionais da massa da população, ao mesmo tempo em que abriu o horizonte do consumo não-alimentar.



As refeições comunitárias/familiares, baseadas na "panela-no-fogo", cedem lugar a frituras rápidas e individualizadas de alimentos semiprontos ou de fácil preparo

No Brasil, também o eixo mais dinâmico deste modelo conseguiu baratear custos protéicos na forma da popularização do frango, mas a polarização da renda tendia para a transformação até desses produtos de massa em itens de luxo.

Produto de luxo. Agora, porém, o sistema alimentar nos países centrais já esgotou o modelo baseado prioritariamente no significado funcional do alimento, que rapidamente alcançou os limites do estômago. O dinamismo do crescimento se pauta na exploração do leque dos seus significados simbólicos, explorando simultaneamente os lados aparentemente contraditórios de prazer, saúde e festa. Nesse modelo o alimento se apresenta como um produto de luxo.

No Brasil, as pressões de competitividade internacional e o dinamismo perverso do mercado interno levam a indústria alimentar também a pautar seu crescimento no alimento como luxo. A cada dia a oferta de produtos se sofisticava mais. Cada nicho de mercado é explorado e a noção de qualidade substitui a antiga preocupação com quantidade. No entanto, o alvo desses esforços se restringe crescentemente às reduzidas faixas de renda mais alta.

Nos países centrais o novo modelo avança para o aproveitamento do significado simbólico do alimento com base no esgotamento do mercado funcional das necessidades básicas. No Brasil, porém, a primeira fase de industrialização do sistema alimentar desestruturou o regime alimentar tradicional junto às bases de abastecimento sem conseguir generalizar o novo sistema, encarecendo os dois no processo.

Enquanto isso, tanto no sentido funcional como no simbólico, o alimento permanece um luxo.

NEM TANTO AO MAR NEM TANTO À TERRA

No Brasil a moda vegetariana ganhou força nos anos de 1980, embalada pelo apoio de alguns artistas e figuras conhecidas do grande público. A abstenção de alimentos de origem animal é uma opção saudável sob muitos aspectos, mas monótona e cansativa por outros.

Se é verdade que os alimentos de origem vegetal são mais saudáveis e de digestão mais rápida, é preciso levar em conta a opinião de especialistas em nutrição, que chamam a atenção para a necessidade de também se alimentar de produtos de origem animal. A pessoa pode até se abster de comer carne, mas é necessário pelo menos a ingestão de leite e de ovos, uma vez que as proteínas vegetais não contêm todos os aminoácidos como as proteínas animais.

Precisamos ter uma alimentação equilibrada, ou seja, aquela que contém todos

os tipos de alimentos, porque combina diferentes tipos de nutrientes. Vejamos:

- Alimentos construtores: ajudam na formação do corpo. São chamados de proteína e encontrados no leite materno, leite de vaca, ovos, queijos, carnes, peixes, galinha, feijão, milho, farelos, etc.
- Alimentos reguladores: ajudam a equilibrar o funcionamento do organismo, protegendo contra doenças. São as vitaminas e sais minerais, encontrados nas frutas e verduras.
- Alimentos energéticos: fazem as pessoas se movimentarem, terem disposição, energia para o trabalho, estudo, e ajudam no crescimento das crianças. São os hidratos de carbono, encontrados nas farinhas, batata, manteiga, banha, arroz, etc.

Fonte: Jornal "Parceiro", nº14, setembro/92

John Wilkinson é professor-adjunto do CPDA/UFRJ.

COMIDA, MODERNIDADE & "BOKOMOKOS"

QUANDO A SAÚDE PÚBLICA NÃO FREQUENTA O SHOPPING

Luiz Eduardo Carvalho

Associada a fortes campanhas publicitárias, a indústria de alimentos vem revolucionando os hábitos alimentares de todos os povos. Adjetivando seus produtos como diets, lights e "naturais", a indústria introduz a moda na alimentação.

O autor traz a público, neste artigo "gostoso" de se ler, o que as propagandas não mostram e como o consumidor acaba levando gato por lebre

Parque Anhembi, São Paulo. Na exposição da indústria alimentar, um estande da Nutrasweet, marca comercial do edulcorante Aspartame, utilizado em substituição ao açúcar em produtos de baixa caloria. No estande, um pequeno palco, onde lindas modelos pulam e dançam, todo o tempo, praticando aeróbica. A princípio é difícil encontrar a lógica. Teria lógica, é claro, se o estande fosse de uma indústria de açúcar de cana, produto que fornece calorias a quem o ingere. Mas se o produto não fornece energia, por que associá-lo com esporte e energia?

Mudemos o cenário. Rio de Janeiro, Leblon, uma academia de ginástica. No intervalo, atletas musculoso-

sos, esbeltos, matam a sede com refrigerantes *diet*. Mas eles nunca foram diabéticos ou gordos, e com aquele estilo esportivo de viver, não engordarão, bebendo ou não refrigerantes e comendo açúcar. Pode ser que, a princípio — e novamente —, não tenha lógica. Mas associado com o cenário anterior, com ou sem lógica, o fato começa a ganhar coerência.

O fato não é novo. O que diferencia consumidores de refrigerantes *diet* de comuns, hoje, é aquilo mesmo que, antontem, diferenciava consumidores de Coca-Cola e do tradicional Guaraná. Muitos certamente haverão ainda de lembrar do Teobaldo, que pedia guaraná em público, e do neologismo ali criado — "bokomoko" —, na tentativa de recompor a imagem então "fora de moda" dos que consumiam os velhos refrigerantes em vez da bebida internacional e moderninha.

Um alimento não é uma caixinha neutra com nutrientes para abastecer a máquina que seria o corpo humano. O desconstrucionismo do modelo biomédico, ainda ocupado com o binômio saúde-doença, pouco se debruçou sobre a reprodução daquele modelo reducionista no campo da alimentação e nutrição. Adequado estado nutricional é, em geral, considerado como a mera ausência de sintomas carenciais, ignorando solenemente as vertentes sociais e psicológicas do ato de comer. Comida é antes e mais que tudo um símbolo; e, da educação alimentar à vigilância sanitária, a saúde pública precisa reconstruir sua compreensão sobre

esse objeto, para que suas ações alcancem um mínimo de consistência e eficácia. É disso, com ilustrações diversas, que trataremos aqui.

Diet, light e pesadas sombras. Um chocolate *diet* contém cerca de 615 kcal por cada 100 gramas. Isso está escrito, por exemplo, no rótulo do produto da "Kopenhagen". O açúcar branco, por sua vez, contém bem menos calorias — cerca de 380 kcal em cada 100 gramas. A percepção pública sobre isso, contudo, não está ajustada com esses dados. Para as gordinhas consumidoras de chocolate *diet*, este, certamente, contribui para a perda de peso. E comê-lo, provavelmente, significa comer "emagrecimento"; a tal ponto que não seria surpresa se uma consumidora, após ingerir o primeiro bombom, pensasse: "Acho que vou comer logo outro e quem sabe emagreço o dobro!".

Na verdade trata-se de um produto *diet* para quem faz dieta de diabético. Ou seja, uma dieta com restrição de açúcar branco, mas que pode consumir os demais nutrientes calóricos, como carboidratos mais complexos (amido) e lipídeos. O chocolate, como sabemos, é composto de grande quantidade de gordura, geralmente de cacau, mas também de babaçu (a tal gordura hidrogenada que o rótulo cita mas não explica, impedindo-nos de saber se é um produto natural de cacau ou não). E a gordura fornece 9 kcal por 100 gramas, mais que o dobro do açúcar retirado do *diet*. Assim, o nosso cho-

colate *diet*, ainda que dietético para diabéticos, é altamente calórico!

Um problema inverso ocorre com as geléias de frutas. Mudando a formulação, diminuindo o teor de açúcar, alguns fabricantes conseguem produzir geléias com 20 ou 30% menos calorias e logo passam a rotular como “geléias *diet*”. São os chamados produtos de caloria reduzida. Mas continuam contendo algum açúcar. E os diabéticos, atraídos pela rotulagem *diet*, e entendendo que, como o refrigerante e o chocolate, trata-se de alimento sem sacarose, terminam comendo a tal geléia *diet*, agravando a sua saúde.

Ao lado dos riscos à saúde pública, há sempre também os danos à economia popular. O leite desnatado sempre teve preço menor que o leite integral, pois a gordura é retirada para fabricação de produtos mais ca-

ros, lucrativos e sofisticados — da manteiga ao *chantilly*, passando pelos queijos finos, danoninhos, etc. No entanto, vemos agora diversas marcas, do leite em pó ao “longavida”, que, substituindo o desvalorizado e pejorativo termo desnatado por *diet*, logram vender esse empobrecido produto por um preço mais caro que o leite integral.

Um agravante nutricional surge disso. Junto com a gordura são retiradas, automaticamente, as vitaminas lipossolúveis (vitamina A e vitamina D), que são indispensáveis e, ao contrário da vitamina C, não são encontradas em grande quantidade em qualquer fruta. A deficiência de vitamina A é, até mesmo, uma das principais carências nutricionais brasileiras, traduzindo-se na hipovitaminose A e causando sérios prejuízos à visão, podendo até acarretar a

“cegueira noturna”. Não é, portanto, difícil imaginar até onde pode nos levar a generalização do consumo de alimentos *diet*. E, lamentavelmente, a coisa vai ainda mais longe, alcançando também os domínios da toxicologia.

Açúcar não tem substituto. A sacarose, o nosso conhecido açúcar branco, é composto de uma parte de dextrose e outra de levulose, também conhecidas como glicose e frutose. É verdade que todo o açúcar do leite é lactose; mas não é jamais verdade que todo ou a maior parte do açúcar das frutas seja a frutose. Ademais, como vimos, metade do próprio açúcar branco é frutose e ela se decom-

Um alimento não é uma caixinha neutra contendo nutrientes para abastecer a máquina que seria o corpo humano

ALIMENTO-SÍMBOLO E SAÚDE PÚBLICA

Mostra inspirada na Coca-Cola, intitulada “Alimento como Símbolo — a questão da nutrição e da saúde”, foi realizada por alunos da Faculdade de Farmácia, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro), no hall do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ.

Numa maquete, um lago formado por uma cachoeira de *Diet-Coke* restaura o mito da fonte da eterna juventude. Mais que rejuvenescidos, os banhistas saem mais lindos e mais magros. Num poster, uma lata do refrigerante às portas de Tróia, um presente de grego, a idéia de que não se imagina o que vem dentro. Mais que alimento ou bebida, saem das latas mitos e símbolos, frases e idéias.

Todos esses trabalhos, muitos deles abordando, especifica e didaticamente, particularidades nutricionais, dietéticas e toxicológicas, fazem parte de atividades voltadas para reconstruir o ensino de “Ciências de Alimentos” no âmbito das profissões na área de Saúde, como Farmácia e Nutrição.

Aqui, em vez, e até mesmo em confronto, do enfoque “produtivista” e tecnológico, típico dos cursos de Química e Engenharia de Alimentos, compromissados com a eficiência industrial, adota-se um enfoque “sanitarista”, voltado para a proteção e orientação do consumidor e da saúde pública. Nem melhor, nem pior que outros enfoques; apenas o enfoque necessário para a formação de profissionais do setor de saúde.

Essa experiência pioneira no Brasil — que, ao lado dos aspectos laboratoriais e bromatológicos, incorpora conhecimentos das ciências sociais, indispensáveis aos trabalhos em saúde pública — vem sendo viabilizada pela criação de um grupo de bolsistas do Programa Especial de Treinamento (PET) da CAPES. E deverá resultar, em breve, num Curso Internacional de Especialização em “Alimentos e Saúde Pública”, visando formar e capacitar recursos humanos no âmbito da América Latina.

Fonte: Informações do prof. Luiz Eduardo Carvalho.

põe na digestão. Não existe, por estes e por outros motivos, sustentação para a idéia de que frutose é melhor que açúcar branco. No entanto, aproveitando-se dessa equivocada percepção pública, e a ela somando publicidade desonesta e rotulagem mentirosa, surge no mercado a frutose em pó.

A frutose industrializada, ainda que se (des)informe, no rótulo, tratar-se de um produto “encontrado nas melhores frutas” (não disse que foi dali extraído, note-se), é, na verdade, fabricada industrialmente a partir do milho. A farinha de milho é refinada até virar amido (maisena) e este é então hidrolisado com ácido clorídrico, calor e pressão, até partir-se em moléculas de glicose (karo). E a glicose, por fim, é transformada industrialmente em frutose.

Se, apesar de surgir como fraude, não representa agravo à saúde maior



O Brasil necessita de uma política alimentar ampla e sólida

que o açúcar branco, o mesmo não se pode dizer dos edulcorantes como sacarina, ciclamato e outros. O ciclamato simplesmente é proibido nos Estados Unidos; quando utilizava sacarina em sua fórmula, a Coca-Cola, a exemplo de todos os demais *diets*, incluindo as gotas adicionadas rotineira e inocentemente ao café, anunciavam com destaque nos rótulos que aquele “produto pode ser prejudicial à saúde, pois contém sacarina, observada como causadora de câncer em animais de laboratório”.

Na Inglaterra, todos os refrigerantes *diet* anunciam também, com destaque, que não servem para controle ou redução de peso, a menos que façam parte de um programa completo sob orientação médica. E tem mais: com duas latinhas de refrigerantes *diet*, já se atinge à dose máxima diária aceitável de sacarina, sem risco toxicológico. Isso se o indivíduo não consumir nenhuma outra fonte de sacarina. Nenhuma informação ou alerta nesse sentido se encontra nos rótulos.

Obesidade e saúde pública. A literatura dos países desenvolvidos insiste em classificar os problemas de nutrição em saúde pública em duas

Comida é antes e mais que tudo um símbolo

categorias: a dos países ricos e a dos países pobres. No primeiro caso, as doenças do excesso de consumo, a obesidade, a hipertensão arterial, o câncer. E nos países em desenvolvimento, as doenças carenciais, a desnutrição energético-proteica, a hipovitaminose A, a anemia ferropriva, o *marasmus* e o *kwashiorkor*..

Na verdade temos doenças típicas de sociedades urbanas e industrializadas, atingindo os habitantes das grandes cidades, sejam ricos ou pobres. No caso de aditivos e agrotóxicos fica ainda mais visível que, como sempre, a desgraça se abate antes e mais sobre os mais pobres e as crianças. É notório que, enquanto os mais ricos tomam suco de laranja, são os pobres e as crianças quem consomem refrigerantes e refrescos artificializados, bem como corantes de todo tipo e jeito, quando até o “algodão doce” das portas das escolas hoje é multicolorido. Obviamente, o vendedor desse e de outros produtos artesanais não está preparado para selecionar, manipular e dosar corantes

químicos... Por igual motivo, pelo contato direto e inadvertido do analfabetismo com a tecnologia química de ponta, é que antes de o rico se intoxicar com o pesticida de seus moranguinhos, dezenas e dezenas de bóias-frias já se mataram no campo, aplicando-o contra o vento, misturando-o com as mãos, utilizando suas embalagens para captar água e seus sacos plásticos como toalhas de mesa ou capa de chuva...

Se tudo é qualitativamente visível, ainda não foi captado quantitativamente pela epidemiologia. E talvez nunca o seja, porque se é muito difícil associar a diarreia de hoje com o peixe de ontem, mais ainda será associar o câncer de hoje com a sacarina ou o corante de dez anos atrás.

Mas sobre algumas dessas questões, a epidemiologia já traz dados definitivos. É o caso marcante da obesidade. Pesquisa realizada pelo IBGE, com recursos do INAN, em 1991, concluiu que no Brasil 27 milhões de adultos apresentam algum grau de excesso de peso. Destes, 6,8 milhões em nível acentuado, expresso como obesidade. Se isso representa 27% da população masculina maior de 18 anos, entre as mulheres representa percentual mais elevado (38%). Como vemos, a distribuição da obesidade não se dá pela renda, e assim como “privilegia” as mulheres, é também provável que ocorra com maior incidência entre os mais pobres, com menores possibilidades de acesso aos alimentos protéicos e que, não só pela vertente física, mas também pela psicológica e social, concentram o consumo em produtos como arroz, feijão, pão, macarrão, açúcar, batata, mandioca, fubá e similares.

Sobre as consequências da obesidade para a saúde e sobre o significado social e econômico das doenças crônico-degenerativas — cada vez mais importantes para uma população a cada dia mais velha e com expectativa de vida ascendente, ao

mesmo tempo que a crise de sua "previdência social" mais e mais se agrava —, não cabem aqui maiores evoluções. Mas não pode deixar de ser lembrada. Apenas como ilustração adicional, vale observar que o IBGE aponta um consumo de sal, no Brasil, na casa de onze gramas por dia, enquanto é meta expressa da política nutricional inglesa e de outros países desenvolvidos reduzir esse consumo para seis gramas diárias. Preocupações similares existem no sentido de reduzir o consumo de gorduras, substituindo o seu papel no aporte calórico por carboidratos complexos, se possível acompanhados de fibras. E nessa gordura ingerida, aumentar consideravelmente a proporção de ácidos graxos insaturados, contra os saturados, geralmente presentes na gordura de origem animal.

Muitos são os que ironizam essas preocupações da "nutrição em saúde pública", contrapondo a prioridade de primeiro se erradicar a fome e a desnutrição. Com esse mesmo argumento, porém, se poderia inibir qualquer tentativa para qualquer outra coisa, desde programas voltados para reduzir as mortes no trânsito até a prevenção do cólera. Mesmo porque quem não come, se pensarmos pobremente, não tem motivos para se preocupar com diarreia.

Natural que não. No imaginário do consumidor urbano, *diet* parece estar associado com "saudável", e, nessa categoria, entraria ainda com mais pertinência o alimento "natural". Como "natural", no Brasil, se inserem outras variadas categorias também mais ou menos indefinidas na legislação e percepção públicas, que são o integral, o alternativo, o orgânico, o sem conservante químico e até mesmo alimentos com aditivos químicos diversos, mas com alguma parcela de fruta.

Casos típicos são os sorvetes "naturais", contendo aditivos; os sucos "naturais" em garrafa que, excluindo a marca Superbom, na qual os mi-

croorganismos são destruídos pela fervura (pasteurização), são preservados quimicamente, ainda que a cor, o aroma e tudo o mais sejam mesmo de frutas; o copinho de mate, nos tipos "natural" e "limão", mas ambos com preservativos químicos; e até mesmo os pós artificiais para refresco, puro açúcar colorido quimicamente, mas que destacam o termo "natural" nos rótulos, associado com o aroma ali adicionado e que é extraído da laranja na fábrica dos lanjais. Não bastando, ainda surge na TV em anúncios que afirmam ser "igual ao suco das melhores laranjas".

Muitos são os que ironizam essas preocupações da "nutrição em saúde pública", contrapondo a prioridade de primeiro se erradicar a fome e a desnutrição

Mesmo os produtos artesanais, como sanduíche vendido nas praias e por camelôs diversos, apregoam corajosamente serem "naturais" e compostos de presunto, maionese e frango. Na mesma onda naturalista, os restaurantes "naturais" vendem alimentos diversos à base de soja e de trigo ou arroz integral, mas sempre frituras.

Das soluções ingênuas à participação popular. A primeira reação dos técnicos diante dessa problemática da propaganda e da rotulagem enganosas é sempre propor aperfeiçoamento da legislação e mais rigor na fiscalização. Um pouco de disciplina e repressão certamente não fariam mal e poderiam até reduzir razoavelmente essas práticas fraudulentas ou desonestas. Mas seriam insuficientes.

A participação popular é imprescindível. Entretanto, existe uma ten-

dência à desmobilização, provocada até mesmo e inadvertidamente por algumas das iniciativas voltadas para denunciar a qualidade inadequada dos alimentos. Quando se passa a idéia de que está tudo contaminado, a reação lógica e natural dos consumidores, como não é difícil constatar, é que "se está tudo contaminado, se tudo faz mal mesmo, então não adianta me preocupar e vou é comer de tudo!". A velha idéia de que "o que não mata, engorda" hoje é mais complexa e grave, e alguns alimentos "engordam e matam".

Radicalizando, cria-se um severo



Nando Neves / Imagens da Terra

código de defesa do consumidor. E apregoa-se, como se isso fosse um grande mérito, que é uma iniciativa revolucionária, pois “nem os países mais desenvolvidos têm um código como esse!”. Ora, não têm porque não precisam, porque têm legislação alimentar moderna e ágil, porque têm controle e inspeção de alimentos de Primeiro Mundo. Na verdade, em que pesem sua severidade grosseira e alguns resultados a partir dela conquistados, a longo prazo o código será ineficaz, ao menos no campo dos alimentos, o qual exige normas específicas e detalhadas, bem como

ajustes frequentes como decorrência da evolução dos insumos, tecnologias e produtos novos colocados no mercado.

Com o avanço da competitividade industrial, seria lógico esperar que a publicidade partisse para comparações entre produtos. O suco sem aditivo seria anunciado como melhor que o suco preservado quimicamente. Mas isso não faz parte da ética empresarial brasileira. Muito pelo contrário, essa prática é altamente reprimida. Poderiam ser citados vários casos, mas um deles, bem recente, talvez tenha passado despercebido aos telespectadores, e vale registrar. Comprando panelas e buscando uma de aço Tramontina, uma mulher rejeita as de vidro porque quebram, as de teflon porque arranham e as de alumínio porque fazem mal à saúde. O anúncio não demorou muito para ser retirado do ar e, semanas depois, ao retornar, mostrar-se reeditado. A comparação com o alumínio, que faria mal à saúde, simplesmente sumiu do anúncio... Um caso muito parecido à uma ONG recentemente criada, para tratar de “embalagem e meio ambiente”, e que durante a Eco-92 até ousou aparecer publicamente com seu discurso ecológico. Na verdade, foi criada por indústrias de embalagens que, fugindo do debate público das vantagens do cartão sobre o isopor na caixa de ovos, ou do vidro sobre o alumínio ou o plástico nas bebidas, criou foro próprio para resolver suas diferenças longe da imprensa e do público.

Alimento como símbolo de saúde. Discute-se a possibilidade de ampliar a venda de medicamentos em supermercados. Na mão inversa, as farmácias cada vez vendem uma maior variedade de alimentos, dos substitutos do leite materno aos chás e substitutos do açúcar, de alimentos naturais a dietéticos. O alimento busca conquistar o símbolo “terapêutico” e, por fim, como o próprio medicamento, ultrapassar os limites da di-

menção quimioterápica e biológica, para estender-se pela dimensão social e psicossocial, pela dimensão simbólica e semiótica. Aí já não importará ter ou não calorias, ter ou não aditivos porque, mais que seu caráter, vale a sua imagem e, sobre esta, a educação nutricional não pode ser meramente instrucional e a vigilância sanitária não pode ser simplesmente laboratorial.

A questão alimentar brasileira, ainda não equacionada naquilo que seria a mísera garantia de arroz e feijão para todos, confronta-se agora — e aqui sim para todos, ricos e pobres — com uma nova problemática. De um lado, a ausência de uma política alimentar ampla e moderna que incorpore a normatização da identidade e qualidade de alimentos, incluindo a rotulagem e a propaganda; de outro lado, o avanço acelerado de um processo de consumo, já não meramente de alimentos, mas de símbolos de saúde, juventude, modernidade e poder. Este segundo problema torna-se ainda mais grave quando ocorre em sociedades nas quais os dois outros pontos não estão resolvidos. Ou seja, onde a fome ainda persiste e onde os alimentos, particularmente esses alimentos-símbolos, não passam por um controle oficial de sua qualidade.

É preciso reconhecer que se trata de uma questão nova, complexa, polêmica e mal estudada. Estamos, todos, ainda pensando e aprendendo sobre ela. Talvez não seja tão grave quanto a princípio parece. Talvez seja ainda muito pior. Ao colocar estas questões e ilustrá-las exaustivamente com exemplos, a intenção é provocar e sinalizar algumas possibilidades para o encaminhamento deste debate.

Luiz Eduardo Carvalho é professor da Faculdade de Farmácia da UFRJ, doutorando em Saúde Pública na ENSP/Fiocruz, e presidente-eleito da Associação Latino-Americana e do Caribe de C & T de Alimentos (ALACCTA).



CINCO GRUPOS CONTROLAM OS CEREAIS DO MUNDO

DEPOIMENTO DE UM PRODUTOR DE GRÃOS

Um mini-empresário brasileiro, Arno Glitz, engenheiro, integrante ativo da Igreja Luterana, durante 30 anos trabalhou na produção e exportação de cereais no sul do Brasil. Não conseguiu resistir às intrincadas tramas do controle internacional da comercialização e distribuição de grãos e teve que encerrar as atividades de sua empresa. Em seu depoimento, ele expõe algumas idéias sobre os entraves da produção de comida em nosso país

A nossa luta começou com a industrialização do feijão. Conseguimos que a embalagem dos cereais fosse em plástico transparente, com indicações necessárias de peso, qualidade, etc. Essa iniciativa e resistência levou a Associação Brasileira de Normas Técnicas a estabelecer, em 1969, instruções para a defesa do consumidor, o qual era iludido não apenas no peso como na impossibilidade de verificar a qualidade do produto — em nosso caso específico, o feijão.

O chamado “Plano Cruzado” tornou clara uma evidência: basta melhorar um pouco o poder aquisitivo do povo para que ele passe a comer melhor. Houve aumento do consumo

de leite, carne, cereais, enfim de comida, além de outros bens complementares para uma vida digna.

Como baixar custos. Todo produto tem um destino final único — o consumo. Quanto mais eficiente for o caminho, desde o momento em que o produtor decide plantar até o momento do consumo, tanto menores serão os custos de produção, financiamento, distribuição, o que resultará em menores preços pagos pelo consumidor.

A questão da qualidade da semente também é fundamental. Cabe-nos fechar o *gap* que existe entre nossa pesquisa e o campo. Isso é muito evidente no caso do feijão, que tem fama de má qualidade no exterior. Precisamos reverter a impressionante queda do consumo de feijão em

nosso povo pobre, que era de 24 kg *per capita* e está hoje em 16 kg *per capita*. A produção de soja mostrou que temos condições técnicas para aumentar nossa qualidade do feijão e possibilitar que o povo se alimente melhor. E por que não se faz isso?

Outro elemento fundamental é o transporte dos cereais. A grosso modo os caminhões transportam 70% da produção, os trens 20% e os barcos 10%. Esse é um absurdo que todos conhecemos, mas para o qual não se tomam medidas sérias. As ferrovias foram desativadas, a navegação de cabotagem está obsoleta e as estradas esburacadas. Sem uma política de transporte competente e voltada às necessidades da produção e aos interesses populares, a comida não vai ficar mais barata.

Não se pode colocar em plano se-



Mauro Gonçalves / Imagens da Terra

cundário a remuneração do produtor, principalmente do pequeno produtor. A Comissão de Financiamento da Produção, da qual fomos um dos incentivadores, vem prestando bons serviços, salvo algumas “gestões políticas” desastrosas. É necessário um maior controle da distribuição desses financiamentos, com ampla participação de todos os setores interessados, com vistas a eliminar — ou pelo menos diminuir — os famosos “passaios” do milho e outros produtos, que só servem para ferrar o bolso de armazenadores e transportadoras.

A política de preços mínimos motivou e incentivou a crescente e economicamente correta cooperativização da produção. É grato registrar que o aprendizado do cooperativismo incentivou administrações profissionais, eficientes e honestas. O aparecimento dos “atravessadores” é resultado de uma errada matriz de transportes cuja coluna-mestra é o caminhão. Os “atravessadores” atuam onde falham as cooperativas de produtores e aproveitam as “brechas” da enorme flutuação de preços.

A questão da qualidade da semente é fundamental. Cabe-nos fechar a brecha que existe entre nossa pesquisa e o campo

As multinacionais dos grãos. Onde há cereais em volumes exportáveis aparecem imediatamente as empresas transnacionais. Elas constituem “o” instrumento do capitalismo produtor e da crescente globalização da economia. As multinacionais são uma concentração de inteligência, capital, *know how* em comércio internacional, tecnologia, pesquisas, informação moderna, rapidez na tomada de decisões, etc., o que lhes dá um poder de influência e de controle incalculáveis.

Sem uma política de transporte competente e voltada às necessidades da produção e aos interesses populares, a comida não vai ficar mais barata

O comércio mundial de cereais e oleaginosas é dominado pelo “ABCD” de cereais, empresas familiares, as “cinco famílias”. Nada acontece sem que elas tenham influência de alguma forma. As “cinco famílias” são: “A” da André de Lausanne (Suíça); “B” da Bunge e Born (Buenos Aires); “C” da Cargill de Minneapolis (Estados Unidos), e também da Continental da família Fribourg (Nova Iorque); e “D” do Dreyfus (Paris).

Como bolsos famintos, disputam sua participação no mercado, o que porém não impede que, quando lhes convém, se aliem em cartéis forçando o *corner* no mercado de um país produtor ou consumidor. Especulam com “futuros” garantindo-se com *hedges* na Bolsa de Chicago que, dado o enorme peso (cerca de 30% do total mundial) da produção americana, rege os preços de cereais e oleaginosas do mundo. No próprio interior do Brasil, cooperativas e produtores individuais têm computadores ligados às cotações de Chicago.

As empresas multinacionais são uma realidade indiscutível. Temos que saber agir com elas. Como empresário de cereais, tivemos uma experiência com uma das “filhas” da André de Lausanne, a NEVA. Ela nos ficou devendo elevada soma, até mesmo em valores indevidamente apropriados e valores roubados. Desviou dólares para a André, e apesar de todos os nossos protestos, negociações, acusações documentadas, indiciamento judicial, nada resultou.

Como resultado dessas transações tivemos que acabar com a nossa

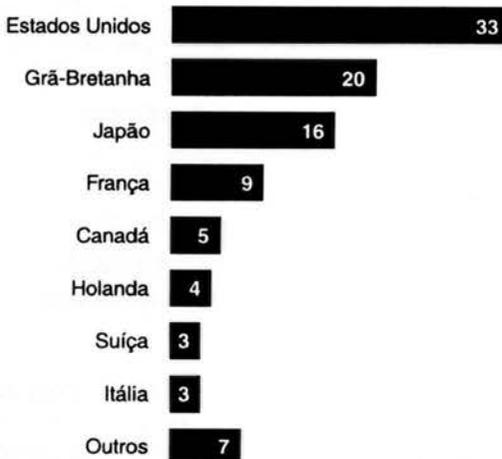
COMPANHIAS NORTE-AMERICANAS DOMINAM INDÚSTRIA MUNDIAL DE ALIMENTOS

Os cem primeiros grupos agroindustriais no mundo segundo os faturamentos agroalimentares em 1987

Faturamentos acumulados



Nacionalidade das matrizes



Fonte: Agrodatab

empresa. A “conduta ética” das empresas multinacionais deve estar sob o crivo da lei. Devem se sujeitar às nossas leis e instituições e nos respeitar como país digno. Mas para sermos respeitados devemos, em primeiro lugar, ter auto-respeito. O *impeachment* do presidente Collor é um ótimo passo nessa direção.

Como em todos demais setores da vida, também na economia — e em especial no que diz respeito aos alimentos da população —, somos “escravos de nossos erros” (Jo 8.34) e pagamos por eles durante gerações (Êx 20.5). Só quando tivermos a coragem de admitir e aceitar a verdade que também nós, os brasileiros, somos os responsáveis por nossos próprios erros e conseqüentemente tomarmos as providências para corrigi-los é que “seremos verdadeiramente livres” (Jo 8.32).

REFORMA AGRÁRIA, DEMOCRACIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Hans Spitzack

As conseqüências sociais do modelo de desenvolvimento implantado no País recolocam para a cooperação internacional o debate de duas importantes questões da sociedade brasileira: a democracia e a reforma agrária. Motivado pelo diálogo entre ONGs da Alemanha e do Brasil, o artigo tece considerações sobre a realidade nacional

O Brasil é, ao mesmo tempo, um país rico e um país pobre. A maior economia latino-americana poderia ser considerada um modelo de "subdesenvolvimento altamente industrializado". Por um lado, o Brasil é o décimo país mais rico do mundo e, por outro, é o país com o mais alto grau de concentração de renda, como se pode verificar no mais recente Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Após os altos índices de crescimento das décadas de 1960 e 1970, a crise brasileira é hoje uma realidade: o PIB está estagnado e a renda *per capita* decresce mesmo diante do incremento populacional.

O quadro que se configura é dramático. Dos 146 milhões de habitantes no Brasil (dados do Censo de 1991), mais de 100 milhões vivem em estado de pobreza absoluta, com rendimentos mensais igual ou abaixo de cem dólares. O País vem enfrentando quedas acentuadas de produtividade e uma aguda recessão, so-

bretudo, em 1990/92, gerando demissões no centro industrial paulista. E a perspectiva é de continuidade do processo, com prováveis novas falências e desemprego.

A situação nas zonas rurais fornece importante chave para a compreensão desse quadro. Os dados indicam que 4% dos estabelecimentos rurais dispõem de 61% da superfície agrícola, enquanto os restantes 96% dos estabelecimentos — de médios e pequenos produtores familiares — dispõem de somente 39% deste total.

A situação no campo também vem-se agravando, pois a política agrícola do governo fomenta, prioritariamente, os grandes complexos agroindustriais e as grandes propriedades rurais. Em face da política governamental, grandes parcelas da população rural são excluídas da dinâmica econômica, cujas conseqüências são o êxodo rural e o correspondente crescimento dos centros urbanos e suas periferias. Atualmente, três quartos da população brasileira já estão vivendo em centros urbanos.

Diante deste quadro, ficam evidentes a complexidade das questões referentes ao Brasil, e, em alguns casos, as limitações de percepção existentes, em discussões internacionais, sobre o país que, freqüentemente, merece atenção apenas com relação aos aspectos ligados à preservação da floresta tropical. A política alemã de cooperação com o Brasil precisaria levar em consideração, prioritariamente, a questão da pobreza.

Modernizar as relações políticas. Em novos conceitos de desenvolvimento formulados para a América Latina aparece, sempre com maior

freqüência, a tríade modernização, democratização e sustentabilidade ecológica. Realmente, é necessário modernizar principalmente as relações políticas e sociais, que continuam sendo determinadas por um círculo vicioso, em especial nas zonas rurais brasileiras: a larga faixa da população — pequenos agricultores, arrendatários, assalariados rurais, trabalhadores sem-terra e seus familiares — não é considerada na condição de cidadãos pelos poderosos da sociedade, mas simplesmente desqualificada como "povão". Como na perspectiva da classe dominante, essas pessoas não têm peso na economia e também não lhes é concedido nenhum peso político-social. Desse modo, a dignidade humana de muitas pessoas é ferida constantemente. Os pobres são privados dos direitos humanos, até mesmo dos fundamentais direitos cívicos de participação e de liberdade. A violência dominante impede que eles possam se tornar cidadãos. Por todos os meios, se impede que essas pessoas conquistem esses direitos, seja individualmente ou ainda por intermédio de suas organizações. Até mesmo a legitimidade de suas representações de interesses é posta em dúvida.

Ao sistema político do Brasil faltam os necessários mecanismos democráticos de participação e controle que caracterizam um processo de tomada de decisões. Os movimentos de pequenos agricultores ou de trabalhadores sem-terra, assim como as igrejas, buscam fortalecer a sociedade civil, mas para se conseguir uma mudança de peso na qualidade das relações sociais é necessária uma descentralização do poder público

principalmente por meio de um deslocamento de competências aos municípios e estados federais. O Estado e a sociedade precisam estabelecer processos de diálogo e negociações sobre o desenvolvimento em âmbito local, regional e nacional, como vem sendo exigido pelas organizações não-governamentais brasileiras (ONGs), que partem do princípio de que o combate à pobreza e a democratização são duas tarefas inseparáveis.

Reforma agrária, reforma política. Os recentes processos de transformação ocorridos nos antigos países socialistas tornaram clara a íntima correlação existente entre reformas políticas e econômicas. A democratização da sociedade libera iniciativas individuais e coletivas e possibilita a participação e a transferência de experiências e o estabelecimento de mecanismos adequados de regulação de conflitos de interesse. Com as modificações no sistema político, é possível fazer frente à marginalização econômica e social, e em caso ideal aboli-la por meio da integração.

Dentro dessa perspectiva, faz-se necessário no Brasil a realização de uma reforma agrária eficaz, que solucione prioritariamente a questão fundiária, pois a grande desigualdade na distribuição da terra e a falta de título de propriedade por parte de muitos pequenos agricultores são a causa principal dos conflitos no campo. O título de propriedade viria fortalecer sua situação social. Todavia, com relação à reforma agrária, não é perseguido apenas um objetivo econômico, uma vez que com ela deverão ser rompidos em grande parte os rígidos bloqueios de ordem social e política hoje vigentes na zona rural.



J.R. Ripper / Imagens da Terra

Cooperação e diálogo. Entre os dias 8 e 16 de maio deste ano foi realizado no Rio de Janeiro o seminário “Terra e Democracia”, do qual participaram políticos alemães e brasileiros, bem como representantes de órgãos de governo e ONGs dos dois países, para discutir as prioridades com respeito à política agrícola e fundiária no Brasil. Pelo lado brasileiro, o seminário foi organizado pelas ONGs “FASE, IBASE, AS-PTA, CEDI e CESE” e também pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e CPT; e pelo lado alemão, pela EZE (Associação Protestante de Cooperação e Desenvolvimento), juntamente com a Misereor. Tratou-se de uma iniciativa interessante, se se notar que, no Brasil, o diálogo entre ONGs e órgãos de governo e também entre ONGs e parlamentares ainda se encontra em fase embrionária, o que se explica devido ao fato de que as ONGs tiveram suas atividades paulatinamente dificultadas por estas instâncias durante os mais de vinte anos da ditadura militar. Durante o seminário, ficou claro que no engajamento junto à sociedade, são justamente as ONGs e também os órgãos eclesiais ligados ao movimento popular aquelas organizações que com seu trabalho procuram ligar formas de produção mais adaptadas com a integração social e política da população mais pobre, apontando, assim, para possíveis alternativas de desenvolvimento. Todavia, sua ação possui, na maioria

dos casos, um caráter exemplar. Para ser alcançado um efeito mais amplo, é preciso mudar a lógica da ação governamental, e neste sentido as ONGs e as igrejas procuram também trabalhar, fortalecendo os movimentos sociais como atores políticos.

No contexto das profundas mudanças por que passa o sistema das relações internacionais, no qual se destaca uma tendência a se ressaltar o caráter global do desenvolvimento assim como da responsabilidade com relação ao mesmo, as ONGs também passam a discutir sobre uma possível condicionalidade da cooperação internacional de governo a governo no sentido de que o apoio a projetos de desenvolvimento sirva ao objetivo primeiro de se assegurar a garantia dos direitos humanos a todos os cidadãos. A realização de uma reforma agrária no Brasil pode representar uma contribuição importantíssima no processo de luta contra a marginalização e para a democratização da sociedade brasileira, podendo tirar o Brasil da “lanterna” no que diz respeito ao grau de concentração de renda.

Ficam duas indagações: Em que medida serão as ONGs e movimentos sociais brasileiros capazes de mudar a política governamental neste sentido? E com que intensidade a política de cooperação alemã quer colaborar para tanto?

Hans Spitzack é teólogo e doutor em Ciências Políticas, trabalha na EZE (Associação Protestante de Cooperação e Desenvolvimento), Bonn/Alemanha, onde é responsável pela área de cooperação com o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Texto originalmente escrito em alemão e publicado na revista “Evangelische Kommentare”.

A QUEDA DE COLLOR E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO

Aloizio Mercadante

O Brasil viveu, em 1992, um dos anos mais decisivos da sua história política. Apesar das dificuldades, principalmente na esfera econômica e social, a reação da sociedade pela ética e moralização da vida pública fez renascer a esperança e a capacidade de luta. É preciso, entretanto, não frustrar as expectativas do País, principalmente dos jovens, neste período de transição. Com uma reflexão aguda e competente, Aloizio Mercadante, um dos principais atores deste processo político, faz um balanço político do ano

Começamos 1992 em meio a uma grave crise, cuja dimensão mais preocupante era a perda de confiança do povo no Brasil e da juventude na esperança. O sentimento de que o País não tem mais jeito parecia uma epidemia que ia contaminando de forma espantosa a população. O pano de fundo era uma prolongada crise econômica com conseqüências sociais desastrosas: a recessão e o desemprego crescente combinados com uma inflação elevada que corrói o poder aquisitivo dos assalariados e dos setores médios da sociedade.

Neste contexto de desagregação social tínhamos como dimensão mais perversa do governo Collor o descrédito das instituições democráticas e das entidades representativas da sociedade civil. A sociedade organizada expressava passividade e parecia sucumbir à política de governo e à impunidade das elites.

A crise política intensificou-se a partir de maio, com as denúncias de corrupção contra o presidente Collor e seus colaboradores mais íntimos. A bancada federal do Partido dos Trabalhadores (PT) defendeu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), recebendo toda sorte de pressão e críticas, tais como: “revanchismo e terceiro turno”; “golpismo”; “querem desestabilizar o País”. Porém, a cobertura exemplar da imprensa em todo o processo e as pressões crescentes da opinião pública permitiram que conseguíssemos o número de assinaturas necessárias e instalássemos a CPI.

O trabalho de apuração das denúncias iniciou-se com depoimentos e só mudou de qualidade com a participação do motorista Eriberto França, que, com simplicidade e firmeza, indicou que as contas do presidente eram controladas por sua secretária Ana Aciolli. A quebra do sigilo bancário abriu para a sociedade o esquema PC-Collor: o papel de lavagem de dinheiro desempenhado pelas “contas fantasmas”; como eram pagas as caixinhas das empresas; a compra da Rede de Televisão OM, Vasp e outros empreendimentos; os gastos da família presidencial financiados pelo esquema PC, que atingiram no período US\$ 6,5 milhões; ou

seja, a profundidade do esquema de corrupção montado e administrado por Collor e PC.

O prazo que a CPI teve para as investigações foi muito pequeno, as pressões que sofremos foram cotidianas e brutais e as condições de trabalho precárias, mas tivemos competência para desmontar o esquema PC-Collor e desqualificar a tentativa de defesa com a montagem da chamada “Operação Uruguai”. O governo errou nas contas na montagem dessa farsa, calculando apenas US\$ 3,750 milhões desembolsados, que representou uma quantia muito inferior aos US\$ 6,5 milhões apurados pela CPI, como gastos pessoais de Collor pagos diretamente pelo esquema PC.

A guerra das cores. O trabalho da CPI e da imprensa foram acompanhados pela indignação da sociedade, a qual veio à tona com toda a intensidade na “guerra das cores”.

O presidente Collor, em uma quinta-feira, 13 de agosto, numa atitude intempestiva, convocou o povo para ir às ruas de verde-amarelo para se confrontar com o “sindicato do golpe”, na certeza de que a CPI não tinha o apoio da sociedade. O povo brasileiro atendeu ao pedido do presidente e, no dia 16, domingo, ocupou ruas e praças, mas vestido de preto em sinal de luto e protesto. Tal como aconteceu no passado, a luta popular conquistou o coração e as mentes dos brasileiros movidos pela vontade de deposição do presidente e de mudanças na história do País. A grande novidade política foi a participação da juventude “cara-pintada” que, com ironia, irreverência e ale-

Brasil organizado exercia com plenitude seus direitos políticos, ocorressem o massacre do Carandiru, os arrastões e o levante da Febem de São Paulo. A crise social, agravada pela herança perversa do governo Collor, se manifesta com toda a dureza que a vida está impondo a milhões de deserdados da sociedade brasileira.

A destituição de Collor e a subsequente posse de Itamar são expressões de um amplo movimento político na sociedade e no parlamento o qual exige novas responsabilidades dos partidos que se empenharam no *impeachment*, como o PT. Em primeiro lugar, o novo governo é interino e depende do julgamento final no Senado, que evidentemente marca a política de alianças e a composição ministerial profundamente heterogênea, mas com uma presença acentuada de nomes conservadores e comprometidos com o projeto neoliberal. Apesar disso, é inaceitável que os partidos de oposição tentem se eximir de responsabilidades neste período de transição e apostem na degradação econômica e social para “colher frutos” nas eleições presidenciais de 1994. O povo que foi para as ruas espera melhorias no País e os partidos têm imensa responsabilidade de apresentar políticas alternativas, especialmente no sentido de reverter a política econômica recessiva e o quadro de deterioração social imposto pelo governo Collor.

Agenda da transição. A agenda do novo governo deve ser limitada e negociada com o Congresso Nacional, envolvendo os partidos e as entidades representativas da sociedade civil. O fato de ter sido vice na chapa de Collor, expressão da mais completa falta de ética no processo eleitoral de 1989, não confere a Itamar Franco a legitimidade necessária para encabeçar um grande projeto nacional. É fundamental impedir que o novo governo descambe para o imobilismo, populismo e fisiologismo, repetindo a triste experiência

A luta popular conquistou o coração e as mentes dos brasileiros movidos pela vontade de deposição do presidente e de mudanças na história do País

da era Sarney. Se as expectativas de mudanças que surgiram das ruas no movimento pelo *impeachment* não forem minimamente atendidas, poderemos mergulhar em uma crise ainda mais aguda e dilacerante. Por seu caráter de transição, caberá ao novo governo assegurar condições de funcionamento econômico e político do País, acompanhadas por medidas emergenciais no campo social de forma a transferir a presidência para o novo governo de 1994, já definidos o novo arcabouço institucional e o novo regime de governo que deverá emergir do plebiscito de 21 de abril e da revisão constitucional de 1993.

Neste contexto, definimos três eixos básicos para a agenda do novo governo:

1. Levar adiante as investigações com a CPI de PC Farias: A continuidade das CPIs da Vasp, NEC e PP, acompanhadas de iniciativas articuladas pelo Poder Judiciário e Procuradoria Geral da República, que assegurem a punição exemplar de todos os envolvidos. A reforma do código penal e processual penal e da lei de execuções criminais torna-se urgente para agilizar e efetivar as penalidades contra corruptos, sonegadores e demais crimes do “colarinho branco”, bem como o fim do sigilo bancário para acobertamento da corrupção.

2. Reformas políticas democratizantes:

- Reforma eleitoral que resgate o princípio de “cada cidadão um voto”, acabando com a sobrevalorização do Norte e do Centro-Oeste e reconhecendo os direitos políticos das regiões

mais industrializadas e densamente povoadas em meio à negociação de um novo pacto federativo;

- Uma nova lei orgânica dos partidos, os quais atualmente são em torno de 40 com registro no TSE e 19 com liderança no Congresso Nacional, revelando uma pulverização partidária resultante das regras de acesso à TV. Há que se definir condições mínimas de representatividade eleitoral para que um partido tenha assento no Congresso, mantendo a liberdade partidária. Restringir também, nas mesmas condições, o acesso à TV e regulamentar o financiamento dos partidos com medidas que assegurem a transparência e limitem o poder econômico;

- Rediscussão da Lei de Imprensa e dos critérios de concessão de rádios e TVs, no sentido de democratização dos meios de comunicação e regionalização da produção televisiva;

- Realização do plebiscito sobre regime político e revisão constitucional com ampla participação das entidades da sociedade civil, as quais precisam começar a se mobilizar e definir propostas desde agora. O credenciamento político e a recomposição orgânica da sociedade civil são grandes desafios para que possamos impulsionar a democracia participativa e eliminar o fosso que existe entre as instituições representativas e o cotidiano popular.

3. Medidas econômicas e sociais de emergência: O enfrentamento da crise econômica e social é o maior desafio do novo governo e de toda a sociedade. Uma inflação de 25% ao mês, a qual é a maior de toda a economia internacional; uma recessão que gerou mais de 7 milhões de desempregados; e um desaparecimento do Estado com a degradação das políticas sociais públicas; representam uma pesada herança de Collor para o novo período. O projeto neoliberal foi incapaz de relançar o País ao crescimento e de aumentar a competitividade do aparelho produtivo.

Verniz populista. O novo governo está com os principais instrumentos de política econômica imobilizados. Os juros elevadíssimos representam o único instrumento ativo de política econômica com conseqüências danosas para as finanças públicas. Por outro lado, os pacotes econômicos estão totalmente desacreditados e um novo congelamento deverá fracassar e desmoralizar a nova equipe econômica. Pior é este imobilismo com um certo verniz populista, em que o governo fala de intenções de atender demandas populares mas não apresenta medidas concretas que permitam enfrentar a crise.

Uma política alternativa deve abandonar a concepção recessiva e ortodoxa de estabilização e procurar construir uma política de rendas negociada, ativando as câmaras setoriais de preços e promovendo o controle social da inflação. O governo deve reduzir os impostos indiretos sobre a produção e o consumo e exigir como contrapartida a redução das margens de lucro das empresas para reduzir os preços e baixar a inflação, a exemplo do que ocorreu no acordo da indústria automobilística. Porém, essas iniciativas de uma prefixação de preços negociada devem ser acompanhadas pela política cambial, juros e tarifas públicas no sentido de reduzir os níveis inflacionários e reverter expectativas inflacionárias. Se não houver um empenho imediato e articulado nessa direção, a sociedade deverá assistir a mais um choque econômico no início do próximo ano com todos os riscos e dificuldades que a história recente do País tem demonstrado.

A reforma fiscal é outro ponto fundamental desta agenda econômica e precede a reforma monetária e financeira. Em 1993, os encargos financeiros representam 63,9% do orçamento público da União. No entanto, a proposta apresentada pelo governo está longe de representar um caminho eficaz para a questão fiscal.



Nando Neves / Imagens da Terra

Eleições municipais no Rio de Janeiro

UM BALANÇO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Ainda não podemos visualizar os efeitos das últimas eleições municipais no jogo político brasileiro e seus reflexos na futura disputa presidencial. Apontamos alguns aspectos que marcaram o pleito municipal:

- O fortalecimento da tendência à fragmentação partidária iniciada com as eleições de 1990, ocorreu em razão de a opção de voto do eleitorado continuar a ser determinada antes pelas características do candidato do que pelas do partido. Temos três minúsculos partidos que conseguiram as prefeituras de cinco capitais — o PDC (Palmas e Manaus), o PPS, ex-PCB (Florianópolis) e o PSB (Natal e São Luís).

- Decorrente também da fragmentação partidária, é o fato da distribuição dos lucros e perdas eleitorais ter sido relativamente equitativa entre quase todos os partidos. O PMDB perdeu em São Paulo, mas ganhou em quatro capitais, das quais três importantes como Rio, Fortaleza e Recife. Já o PSDB venceu em cinco, incluindo Salvador. O PDT, apesar de ser derrotado no Rio, conseguiu vencer em quatro capitais. O PT amargou as derrotas em São Paulo e Rio, mas em compensação venceu em quatro capitais, entre as quais duas muito importantes, Belo Horizonte e Porto Alegre.

- Não houve um grande vencedor nas

eleições, mas sim um perdedor, o PFL. Este partido, que tem a segunda maior bancada da Câmara Federal, só conseguiu conquistar uma capital (Belém do Pará).

- Já o PT aparece consolidado como um grande partido, capaz de obter melhores resultados em eleições para o Executivo do que para o Legislativo. O partido do Lula venceu nas duas importantes capitais de Minas e Rio Grande do Sul e disputou o segundo turno nas duas maiores capitais brasileiras.

- Embora o PDS tenha conquistado apenas uma capital, o êxito em São Paulo, aliado aos obtidos em outros 421 municípios, fortaleceu consideravelmente o partido. Aqui é importante ressaltar que a vitória paulistana do PDS atuou no sentido de projetar uma liderança nacional no momento em que outras grandes figuras de nossa política passam por um momento de desprestígio.

- Finalmente, cabe registrar o fato de que, em nenhuma capital, o partido que controlava o executivo estadual conseguiu vencer. A impressão que se tem é que a maioria do eleitorado das capitais votou contra o governador de seu estado.

Fonte: Extraído do artigo de Leôncio Martins Rodrigues, publicado no jornal Folha de São Paulo, 22/11/92.

A reforma fiscal é a porta de entrada da reforma do Estado e só será concluída no bojo da revisão constitucional de 1993. Neste momento, ela deve ser concebida dentro de uma perspectiva de estabilização da economia e retomada do crescimento. O problema fiscal está sobretudo no elevado nível de sonegação. O custo da sonegação tem que ser elevado, a receita fiscal precisa ser reaparelhada e fortalecida com medidas que permitam agilizar a quebra do sigilo bancário e a capacidade de auditoria dos fiscais. Os impostos diretos sobre a renda e o patrimônio deveriam ser a base da reforma. Os ricos que concentram a renda e a riqueza no País não pagam e não querem pagar impostos, e os trabalhadores e a classe média não podem mais carregar o ônus do ajuste. A título de exemplo, o Imposto Territorial Rural (ITR), que deveria ser pago basicamente pelo latifúndio improdutivo, arrecadou US\$ 54 milhões em 1991, contra US\$ 1,5 bilhão do IPI sobre fumo. O imposto de renda pago pelos trabalhadores na fonte arrecadou US\$ 3,5 bilhões, enquanto as declarações de renda dos executivos e grandes fortunas apenas US\$ 840 milhões. É preciso coragem para enfrentar o problema fiscal, a fim de que seja aliviada a carga dos impostos indiretos, e para concentrar o esforço fiscal nos impostos diretos sobre a renda e o patrimônio. Este parece ser um tema muito polêmico que irá acirrar o debate no final de ano.

Paralelamente, o governo precisa definir uma política agrícola que se articule com um programa de segurança alimentar e combate à fome. A alteração no padrão de distribuição de renda só se efetivará com mudanças expressivas na política agrícola, agrária e industrial. O grande desafio é lançar as bases de um modelo de crescimento de bens de consumo de massas preparando a economia brasileira para um choque de salários que modifique o padrão de consumo e produção.

Se as expectativas de mudanças que surgiram das ruas não forem minimamente atendidas, poderemos mergulhar em uma crise ainda mais aguda e dilacerante

Neste debate, os sindicatos jogam um papel decisivo, principalmente se abandonarem a lógica corporativista e elevarem os trabalhadores além da condição de assalariados. Os trabalhadores precisam se assumir também como produtores, consumidores e cidadãos, por meio de seus sindicatos. Não haverá crescimento real de salários com uma inflação de 25% ao mês e recessão. O País precisa de estabilidade e crescimento e criar as bases para o contrato coletivo de trabalho, caminhando com ousadia para um novo patamar de negociação entre salários e lucros.

O novo governo precisa assumir com prioridade o combate ao desemprego e adotar medidas de proteção aos desempregados. A constituição de frentes de trabalho, a criação de bolsas de emprego nas grandes cidades, a ampliação do período de pagamento do seguro-desemprego e programas de requalificação profissional para desempregados deveriam ganhar prioridade na agenda.

Projeto alternativo. O Brasil precisa de reformas modernizantes, que não devem ser confundidas com o discurso neoliberal, mas assumidas a partir de um projeto alternativo que prepare o País para o novo paradigma tecnológico da chamada "terceira revolução industrial". A competitividade precisa ser construída de forma sistêmica, com investimentos pesados em educação, ciência e tecnologia e democratização das relações de trabalho. A política industrial precisa gerar as condições e uma parceria entre trabalhadores, empresários e

estado desde a unidade de produção; isto só será possível em um caminho de distribuição de renda, riqueza e poder. O modelo de substituição de importações que orientou a industrialização no passado está esgotado, mas a inserção do Brasil no processo de globalização da produção não pode se dar de forma passiva e gerando um verdadeiro "apartheid social" como está, promovendo a estratégia neoliberal.

Construir tal projeto alternativo, neste período de transição, sem concessões ao populismo e ao atraso, e, dentro de uma perspectiva transformadora de radicalizar o processo democrático, alargar a cidadania e impulsionar uma sociedade do conhecimento e do saber são o grande desafio dos setores progressistas, que muito provavelmente estarão governando o Brasil a partir de 1994.

Precisamos aproveitar esta ruptura promovida pelo *impeachment* para difundir uma nova cultura política de esquerda, democrática, pluralista e aberta ao novo e aos novos temas, como meio ambiente, direitos das minorias, convivência com a diversidade cultural, e intervir de uma forma positiva, propositiva, alternativa no debate político. O protesto como proposta política está esgotado para este período da história. Os movimentos populares precisam se rearticular dentro deste novo cenário e incorporar as lições de unidade e articulação com os espaços institucionais promovidos pelo processo de *impeachment*.

É tempo de uma reflexão mais profunda e aberta, que o balanço das eleições municipais deverá estimular para redefinirmos as formas de organização e ação partidárias e das próprias ONGs. A queda de Collor abriu o caminho; a dúvida é até onde estamos de fato dispostos a andar e assumir riscos e responsabilidades históricas. Feliz 1993.

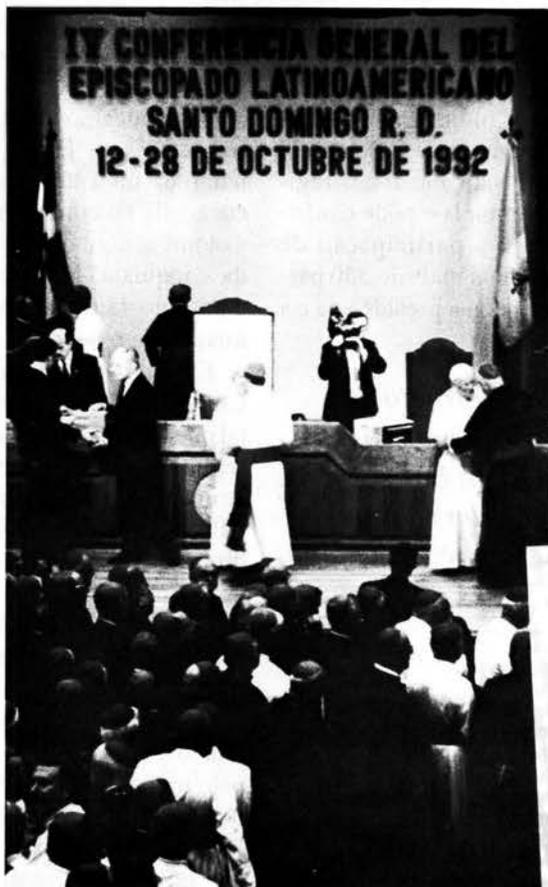
Aloízo Mercadante é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

DOIS MUNDOS E MUITAS IGREJAS

A QUESTÃO DO ECUMENISMO NA CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE SANTO DOMINGO

Marcelo de Barros Souza

Havia muita expectativa sobre os resultados da IV Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam). Entretanto, para surpresa geral, a grande imprensa do Brasil quase nada divulgou a respeito de tão importante conclave. Uma análise de como foi tratada a questão ecumênica torna-se indispensável para se ter uma compreensão mais nítida dos desafios para o ecumenismo na América Latina e das possíveis pistas para superar as dificuldades que se apresentam na busca da unidade do povo de Deus



Verbo Filmes

A HISTÓRIA POR TRÁS DAS PALAVRAS

Quem, nas últimas décadas, acompanha a caminhada da Igreja Católica-Romana na América Latina, sabe a importância que tiveram as conferências do episcopado latino-americano em Medellín (1968) e Puebla (1979) para as comunidades e os movimentos ligados a esta Igreja, no sentido da opção pelos oprimidos e de estimular as igrejas a servirem à justiça e à libertação de nossos povos.

A IV Conferência Episcopal Latino-Americana aconteceu em uma América Latina profundamente afetada pela nova ordem econômica mundial. A economia do neoliberalismo aprofunda em todo

Pela graça de Deus, sou cristão. Como esta graça se realiza em situações e causas históricas, sou cristão de confissão católico-romana. Nesta Igreja, o Senhor me chamou para ser monge numa comunidade de irmãos e no serviço aos pobres. Chamou-me ainda a ser presbítero e a viver e trabalhar sempre pela unidade das igrejas e de todo o povo de Deus. Foi com essa vocação ecumênica que, convidado por um bispo e ligado a um grupo de teólogos e assessores da pastoral popular, fui a

Santo Domingo, por ocasião da IV Conferência Episcopal Latino-Americana (IV Celam).

Como leitor "viciado" e divulgador entusiasta que sou de TEMPO E PRESENÇA, e companheiro dos irmãos e irmãs que prestam, ao nosso povo, o inestimável trabalho do CEDI, logo que voltei da Conferência, senti-me na obrigação de compartilhar o que lá aconteceu e o que aquela reunião pode significar no caminho da unidade do povo de Deus.

o Continente estruturas injustas que provocam desigualdades sociais cada vez maiores. O que os especialistas chamam de "década perdida dos anos de 1980", trouxe mais pobreza e miséria para a maioria dos latino-americanos.

Parece que o projeto de unificar todo o mundo em um mercado global e sob a liderança de um só império contagiou também a cúpula e certos setores da Igreja Católica Romana. Mais do que antes, assistimos a um forte esforço de centralização e

domínio por parte do Vaticano, que vê a si mesmo como o centro de todo o poder dado pelo próprio Deus sobre as igrejas do mundo inteiro.

Assim se chega a considerar normal que uma conferência do episcopado latino-americano seja pensada e convocada pelo papa João Paulo II, que indicou o lugar (Santo Domingo) e marcou a data para a ocasião da celebração do quinto centenário da cristianização da América (12 a 28 de outubro de 1992). Deu também o tema: "Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã — Jesus Cristo Ontem, Hoje e Sempre". Além disso, o Vaticano fez o regimento da Assembléia e pôde confirmar (ou negar) a participação de cada um (uma) dos mais de 350 participantes. Nomeou a presidência e a

Parece que o projeto de unificar todo o mundo em um mercado global e sob a liderança de um só império contagiou também a cúpula e certos setores da Igreja Católica Romana

secretaria-geral, e mandou à Conferência uma tal representação da Cúria Romana (mais de 40 pessoas), que nunca houve no mundo uma assembléia regional da Igreja Católica com tanta gente do Vaticano.

A QUESTÃO ECUMÊNICA DURANTE A CONFERÊNCIA

Em matéria de ecumenismo, se poderia concluir apressadamente que "o mar não está para peixe". De fato, nas estruturas oficiais das igrejas se dizia ultimamente que vivemos um verdadeiro "inverno ecumênico". Entretanto, nos meios de base e na caminhada latino-americana, descobrimos que sobre esse aspecto, mesmo entre conflitos, vivemos uma hora de graça. Para compreender melhor isso, vale a pena descrever

dois fatores, tanto a atmosfera oficial como a caminhada das comunidades.

Testemunhos de Intransigência

Ao marcar a IV Celam para Santo Domingo, no contexto desse polêmico quinto centenário, o papa e algumas autoridades católicas não se preocuparam em contribuir para a paz e a unidade entre grupos e correntes representativas dos nossos dias.

Antes de vir a Santo Domingo, o papa recebeu o pedido insistente das comunidades populares e de diversos setores da Igreja para que, em nome da unidade, não celebrasse a eucaristia no controvertido Farol de Colombo, símbolo da dominação e da conquista. Mas foi exatamente diante do farol que ele celebrou a missa com o povo.

Essa postura intransigente marcou toda a Conferência a um ponto tal que os bispos brasileiros não conseguiram que a assembléia celebrasse uma vez com as comunidades populares e pedisse perdão às culturas oprimidas pelos pecados da Igreja nesses 500 anos.

O documento conclusivo da Conferência ("Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã") começa com o papa lembrando que Cristo mandou os discípulos irem pelo mundo inteiro e fazerem discípulos, batizando-os... (Mt 28.19, cit. Discurso Inaugural 2). Diz que o lugar normal de acolhida da nova evangelização é a comunidade eclesial. O Espírito atua no coração da Igreja. A meta da Nova Evangelização é "fazer chegar o Evangelho ao centro da pessoa e da sociedade, às raízes mesmas da cultura.

O próprio método e esquema de elaboração do documento parte da Igreja e não da realidade do mundo. E dentro da Igreja começa tratando da santidade, percorre os ministérios e se encerra pelas opções pastorais. De tal modo o documento só fala do Espírito Santo presente na Igreja (Romana), que se torna impossível

uma abertura maior às comunidades evangélicas e, menos ainda, a outras religiões ou expressões culturais da busca de Deus.

A hora da graça

Houve quem, com razão, dissesse que a Conferência Episcopal de Santo Domingo pareceu, às vezes, mais ser uma reunião para os bispos da América Latina do que uma assembléia deles. Entretanto, o fato é que eles estavam lá, vindos de todos os países e trazendo a vida e a reflexão de suas igrejas. Fazia mais de doze anos que os bispos latino-americanos não tinham uma ocasião como essa para se encontrarem. Isso em si foi uma experiência ecumênica e revelou "uma boa integração latino-americana" já em andamento. Não me refiro ao projeto político dos governos liberais no nível do mercado e do comércio. A que os bispos perceberam, iniciada e se realizando, se dá no campo do diálogo, do apoio mútuo para a formação, em vários setores da pastoral e na busca de soluções comuns para nossos povos.

Várias dessas iniciativas têm conteúdo e método explicitamente ecumênicos, contando com apoio de organismos como o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) e outros.

Quando, há anos atrás, setores tradicionais da Igreja Romana empurraram a preparação da Conferência de Santo Domingo no caminho do diálogo com as culturas e da aculturação do Evangelho, nós, que trabalhamos na pastoral popular e nas CEBs, achamos que com isso se tentava esvaziar o caminho da libertação ou substituir o social por uma questão aparentemente mais antropológica.

O que aconteceu foi que de lá para cá aprofundamos este assunto em nossos países, interligando os vários elementos da questão. A caminhada das comunidades passou a viver o que ultimamente experimentamos em Santa Maria no 8º Encontro das CEBs, em Quito e na Bolívia, encon-

tros ecumênicos que redefiniram para nós o caminho da unidade no nível não apenas do ecumenismo interconfessional que habitualmente já é aceito, mas do macroecumenismo. Este se dá no diálogo e na integração entre culturas diferentes e especialmente na relação entre nossas igrejas e as comunidades afro-americanas e indígenas. A novidade é assumir este assunto como ecumenismo (macro) e não apenas como um diálogo entre religiões diferentes. Se, de um lado, muitas destas expressões religiosas dos nossos povos têm realmente uma dimensão de religiões autônomas, por outro, pela história e hoje pela sensibilidade das pessoas que participam desses cultos, muitas vezes se inseriu na forma de ser cristão dos grupos populares do nosso continente e, portanto é um diálogo também interno ao cristianismo.

A Boa-Nova de Deus é que, mesmo com dificuldades, na Conferência de Santo Domingo, o caminho de diálogo e integração foi reconhecido como importante, foi assumido e de alguma forma se firmou.

O ECUMENISMO NO DOCUMENTO DE SANTO DOMINGO

Deus escreve direito por linhas tortas. No meio do sertão seco e da terra queimada, a gente descobre plantas viçosas e um jardim florido. Apesar de todos os pesares, Santo Domingo foi também lugar de ecumenismo.

As comissões sobre ecumenismo, diálogo e culturas

A Conferência teve, entre 355 participantes, cinco observadores de outras igrejas. E entre as 30 comissões de trabalho, a Comissão nº 8 — sobre ecumenismo e diálogo religioso, seitas e novos movimentos religiosos — reuniu alguns dos nossos melhores bispos, como dom Sinésio Bohn, dom Ivo Lorscheidder e dom Mauro Morelli. Apesar de o texto conclusivo ter resumido e empobrecido os resultados já árduos e sofridos do trabalho da Comissão, o documento

final dedica à questão ecumênica um texto maior e mais corajoso do que o tinham feito Medellín e Puebla.

Outra comissão (nº 26) aprofundou a unidade e pluralidade das culturas, especificamente indígenas, afro-americanas e culturas mestiças. Nessa comissão estavam bispos como dom Erwin Krautler e dom José Maria Pires.

O que o Documento diz sobre o assunto

As conclusões de Santo Domingo consagram ao ecumenismo e diálogo com outras religiões um texto que se encontra no primeiro capítulo. Este trata da Nova Evangelização. A divisão 1.4 tem como título: “Para anunciar o Reino a todos os povos”, e o item nº 3 desta parte completa: “Que reúna todos os irmãos em Cristo”. O

Os desafios apontados pelo texto são: um maior agravamento da divisão; confusões sobre este tema por deficiência da formação religiosa; o fundamentalismo proselitista de grupos sectários; e o desafio do diálogo com o povo judeu.

Quando fala das religiões não-cristãs, os desafios são: a necessidade de iniciar um diálogo com as religiões não-cristãs, presentes em nosso continente, particularmente as indígenas e afro-americanas; e a existência de preconceitos e incompreensões.

As linhas pastorais sublinham que “o ecumenismo, como disse o papa, é uma prioridade para a pastoral”. Daí se sugerem:

- consolidar o espírito e trabalho ecumênico na verdade, justiça e caridade;



Conferência de Santo Domingo — plenária

Verbo Filmes

sujeito subentendido da frase é a Nova Evangelização, título geral do capítulo.

O texto é introduzido por uma brevíssima iluminação doutrinal — a oração pela unidade que Jesus faz ao Pai — e a denúncia do Concílio Vaticano II: a divisão dos cristãos é um escândalo para o mundo e um obstáculo à missão.

Como nos outros assuntos, o documento segue com desafios pastorais e o conclui com linhas pastorais.

- intensificar o diálogo tecnológico ecumênico;
- incentivar a oração pela unidade dos cristãos e de modo especial a Semana de Oração pela Unidade;
- aprofundar as relações de convergência com as igrejas orientais;
- promover a formação ecumênica nos cursos de formação;
- incentivar o estudo da Bíblia;
- manter e reforçar programas e atividades interconfessionais no campo social;

- aprofundar nos agentes de pastoral o conhecimento das outras religiões;
- realizar ações em favor da paz e da promoção e defesa da dignidade humana, assim como a cooperação na defesa da criação e do equilíbrio ecológico, como forma de encontro inter-religioso;
- aprofundar o diálogo com as religiões afro-americanas e as dos povos indígenas.

As seitas fundamentalistas merecem um item à parte (1.4.5). Diante delas, propõe-se que: a Igreja seja mais comunitária e participativa; se aprofunde nos fiéis a adesão pessoal ao Cristo e à Igreja e desenvolva uma catequese que esclareça melhor o povo, tornando mais clara a identidade eclesial; se promova uma liturgia mais viva e ligada à vida; e se dê a toda a pastoral uma dimensão contemplativa e de santidade.

No texto sobre as culturas, nota-se ainda uma visão colonialista. O documento propõe diálogo e respeito às culturas e grupos diferentes, mas sempre tendo como meta incutir uma cultura cristã. Afirma simplesmente que esses povos “buscam sua unidade, mas a partir da identidade católica”. Diz que a aculturação deve evitar o sincretismo, sem descrever do que se trata.

Entretanto, apesar desses vícios, o documento reconhece que a ação de Deus se dá permanentemente no interior de todas as culturas e alude a um pedido de perdão pela responsabilidade da Igreja nos sofrimentos destes 500 anos. Pede que não se faça uma aculturação do Evangelho e da liturgia e se comprometa a participar da caminhada desses povos, na defesa da sua identidade própria e nos esforços por uma vida mais justa e digna para todos.

PISTAS DE AÇÃO PARA DEPOIS DE SANTO DOMINGO

- A unidade se faz na verdade. É um direito das comunidades saberem o que aconteceu em Santo Domingo para se situarem corretamente no

processo e ajudar a que firmemos, cada vez mais, entre nós, uma fisio-nomia eclesial própria latino-americana. A denúncia contra a opressão eclesial pode ser feita num estilo de murmuração, ou quase fofoca. Isto seria anticumênico. É necessário assumir os conflitos reais, mas com espírito evangélico.

• Esta conjuntura eclesial deve provocar em todos nós a revisão de nossas mentalidades e tendências. Em nome do Evangelho, temos de nos converter e acabar com os resquícios do mesmo veneno clerical e hierárquico-monarquista dentro de nós, nas estruturas de nossos trabalhos e encontros e nas relações entre nós. Não podemos reproduzir em nosso meio os mesmos pecados que estamos denunciando em outros. “É preciso que entre nós não seja assim”.

Nota-se ainda uma visão colonialista no texto sobre as culturas. Propõe diálogo e respeito às culturas e grupos diferentes, mas sempre tem como meta incutir uma cultura cristã

• Na Igreja oficial, a dominação eclesial se deu e se dá por via simbólica e em nome da fé. Além dos instrumentos de força, lança mão de uma eclesiologia (concepção de Igreja) que infelizmente ainda está presente em muitos dos nossos bispos católicos, agentes de pastoral e pessoas de base. Mesmo evangélicos amigos, tentando entrar no estilo do “outro”, às vezes, involuntariamente, “colaboram” com algum ataque de autoritarismo hierárquico que não corresponde à mais profunda natureza da Igreja, mesmo da Igreja Romana. É, então, urgente trabalhar mais as bases de uma eclesiologia que corresponda melhor a este jeito da Igreja ser mais fiel ao Evan-

gelho e aos desafios da nossa realidade.

• Diante desse intento de globalização do poder eclesial, se fazem necessários intensificar e fortalecer as instâncias ecumênicas das nossas igrejas latino-americanas e dos seus trabalhos pastorais.

• É urgente aprofundar ecumenicamente a questão da aculturação. É preciso que o macroecumenismo não desconheça ou relativize demais o ecumenismo intereclesial, porque necessita dele e, sem ele, corre o risco de crescer no nível antropológico e social, mas não se desenvolver no aspecto também teológico e da confissão da fé.

Por exemplo, para que a liturgia e a catequese sejam realmente aculturadas à realidade indígena ou afro-americanas, é importante que assumam, também, até como necessário degrau nesse processo, o ecumenismo interconfessional. Ou construímos juntos e de modo integrado esse processo ou corremos o risco de construir uma coisa, colocando outra em crise maior.

CHAMADO AO SEGUIMENTO

Um dos pontos nos quais o documento de Santo Domingo mais ajuda à unidade é a insistência com que propõe que nos renovemos no seguimento de Jesus Cristo. É pena que essa proposta não seja concretizada de modo adequado e realista, mas nossa vocação ecumênica pode completar o que ele começou. Que por meio das urgências sociais terríveis dos nossos povos e os desafios vividos por nossas comunidades eclesiais, escutemos e respondamos juntos ao Senhor que nos chama: “Segue-me”.

Marcelo de Barros Souza é beneditino, biblista e participou da Conferência Episcopal de Santo Domingo. É autor do livro *Nossos pais nos contaram*, Editora Vozes.

RIGOBERTA MENCHÚ – PRÊMIO NOBEL DA PAZ 1992

JUSTIÇA A TODO UM CONTINENTE

Índigena, trabalhadora, mulher. Três identidades de Rigoberta Menchú, uma figura humana que se destacou ao longo de seus 33 anos pela luta em defesa de seu povo, contra a invasão e a conquista de uma sociedade que discrimina as pessoas, principalmente aquelas que, como ela, representam os índios, os trabalhadores e as mulheres

Poucas vezes o Prêmio Nobel foi concedido com tanta justiça e tão celebrado e aclamado como neste caso. A explosão de júbilo dos índios guatemaltecos se espalhou por todo o Continente, quicá pelo mundo.

Ao anunciar a decisão de premiar uma dirigente indígena guatemalteca, marcada pela crueldade e pela violência de um sistema repressivo que impera em seu país, o Comitê do Prêmio Nobel enfatizou que Rigoberta “é um símbolo vivo de paz e reconciliação apesar das divisões étnicas, culturais e sociais de seu país, do Continente e do mundo”. Uma mulher que com muita garra sempre trabalhou em favor da justiça social e pela reconciliação étnico-cultural baseada no respeito aos direitos dos povos indígenas.

Como indígena, Rigoberta resiste junto com seu povo à dominação cultural e religiosa, resiste a incorporar-se a uma



CMI / Peter Williams

sociedade de consumo e valoriza a cultura, as práticas comunitárias e sociais de um povo indígena.

Como trabalhadora, Rigoberta experimenta a dura peregrinação de seu povo. Povo caminhante que submete-se a ser mão-de-obra barata, a ter que se deslocar de um lugar para outro, despejado de suas terras e cada vez mais vulnerável à exploração pelos grandes latifundiários.

Como mulher, Rigoberta expressa o sentimento e a consciência de milhões de mulheres de todo o Continente, rompendo com os esquemas machistas de uma sociedade patriarcal que oprime a mulher.

Com sua voz, Rigoberta Menchú segue denunciando as

arbitrariedades contra seu povo, contra os pobres e outros setores oprimidos da Guatemala e da América Latina.

Como ela mesmo disse recentemente ao saber da premiação, “o Prêmio Nobel servirá antes de tudo para derrubar o muro do silêncio, levantado em torno da Guatemala”. O país contabiliza cerca de cem mil pessoas mortas em 30 anos de guerra civil, 45 mil desaparecidos, mais de um milhão de desempregados, milhares de viúvas e órfãos, vítimas da opressão e da impunidade, em um contexto no qual o desejo de paz é reprimido sistematicamente diante do poder militar e oligárquico.

A OUTRA FACE DO MODELO CHILENO

Fernando Ignacio Leiva

Muito se tem elogiado o modelo socioeconômico do Chile. É indispensável, entretanto, que se analise esse processo também na perspectiva dos trabalhadores e que se coloque às claras a face oculta e perversa desse modelo. O autor analisa com profundidade as conseqüências desse processo que transformou a fome e a insegurança em realidades cotidianas para a família trabalhadora e impôs profundas transformações na estrutura familiar

Funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, executivos de empresas transnacionais bem como tecnocratas de diversos governos insistem em apresentar o Chile como um exemplo das vantagens e benefícios que se obtêm quando um país adota os severos programas de ajuste estrutural, de privatização maciça e internacionalização acelerada que propõem. Entretanto, os trabalhadores e os setores populares do suposto “milagre chileno” em nada compartilham desse otimismo. Pelo contrário, as políticas de abertura aplicadas no Chile após o golpe militar de 1973 tiveram alto custo social e produziram importante deterioração nas condições de vida dos setores populares.

UM QUADRO NECESSÁRIO: LIBERALIZAÇÃO E “ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL”

Desde a crise do começo dos anos de 1970, o capital transnacional vem impulsionando um conjunto de medidas técnico-econômicas e político-sociais para reduzir ao máximo os custos de produção e eliminar os entraves políticos (as “rigidezes”) que regulavam sua expansão. Como elementos constitutivos dessa estratégia podemos distinguir quatro tipos de medida:

- flexibilização do processo de trabalho no sentido de intensificar o ritmo de trabalho mediante a introdução de novas tecnologias, técnicas de gestão e modalidades de organização;
- flexibilização dos mercados de trabalho mediante o enfraquecimento do movimento sindical, a subcontratação, o trabalho domiciliar, combinados com mecanismos para redirecionar rapidamente a força de trabalho de um setor para outro;
- flexibilização das políticas estatais (redução do gasto fiscal, eliminação do poder regulador do Estado, privatização dos serviços sociais etc); e
- flexibilização na mobilidade geográfica do capital para, assim, fragmentar os processos produtivos de comercialização e administração em distintas localidades, com vistas a minimizar custos e maximizar lucros.

Grande parte do êxito que temido o capital para levar adiante sua estratégia relaciona-se com a relativa facilidade que tem de deslocar-se para qualquer ponto do planeta. Enquanto os trabalhadores estão imersos e sobrevivem cotidiana e geracionalmente graças à densa trama de

relações sociais construídas territorial e temporalmente, os capitalistas, apenas apertando um botão, podem transferir seus recursos de Boston para o México, da Califórnia para Cingapura, de Miami para Santiago. Em compensação, um operário metalúrgico ou uma operária têxtil não podem transferir com a mesma “fluidez” a força de trabalho aninhada em seu próprio corpo, em seu lar e em sua comunidade. Consciente dessa diferença, o capital transnacional utiliza sua maior capacidade para “desterritorializar-se” a fim de aumentar seu poderio e socavar as conquistas históricas dos trabalhadores.

MODELO CHILENO E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Longe de oferecer os patamares de bem-estar, liberdade e modernidade prometidos pelos ideólogos neoliberais, a abertura da economia chilena, nos anos de 1970 e 1980, levou a um processo de modernização capitalista que intensificou a exploração da força de trabalho e à depredação do meio ambiente. A abertura e a imposição do padrão de acumulação orientado para a exportação no Chile causaram profundas transformações estruturais que foram vividas, por homens e mulheres dos setores populares, como violentos processos de flexibilização do trabalho, progressiva informalização da relação capital-trabalho e crescente feminização da força trabalhadora.

Essa tríade — flexibilização/informalização/feminização — constituiu a alavanca que permitiu aos capitalistas transnacionais e aos empresários exportadores deslocar o custo de reprodução da força de tra-



balho, da empresa e até do Estado para os ombros de cada trabalhador, suas famílias e comunidades. No setor manufatureiro, por exemplo, a participação do custo da mão-de-obra no custo total caiu de 17% em 1980 para 11% em 1989, um dos percentuais mais baixos do Continente. Essa queda explica-se por uma diminuição das remunerações e, por outro lado, pela drástica baixa do componente previdencial de responsabilidade patronal.

OS CUSTOS DA ABERTURA: A FACE OCULTA DO MODELO CHILENO

Os setores dominantes louvam o “modelo chileno” porque foi precisamente no Chile que o capital encontrou ótimas condições para libertar-se de todo o controle institucional e aplicar a sua estratégia de “acumulação flexível”. Suas campanhas publicitárias evitam mencionar os enormes custos sociais que tem significado a abertura para o povo chileno.

Livre comércio e pobreza: O tipo de crescimento econômico movido pelos programas de ajuste estrutural e de liberalização estendeu e intensificou a miséria, deixando como legado cinco milhões e meio de pobres, mais de 48,5% do total de lares do país. Muito mais do que havia antes da abertura! Em 1969, por exemplo, 28,5% dos lares de Santiago se encontravam abaixo da linha da pobreza; em 1979 esta cifra chegava a 36%, e em 1989 se elevava para incluir 41,2% dos lares. O consumo privado *per capita* também reflete esta deterioração: em 1972 era de US\$ 27.465; em 1985 baixou para US\$ 19.880; quase uma década e meia depois de iniciadas as políticas neoliberais não recuperava os níveis de 1972, permanecendo em US\$ 24.439 (cifras em pesos chilenos de 1977). Vinte por cento dos lares mais pobres que, em 1969, participavam em 7,6% do consumo, reduziram-no a 5,2% em 1978 e a 4,4% em 1988, ao passo que 20% dos lares mais ricos aumentaram sua participação de 44,5% em 1969 para 51% em 1978, atingindo 55% em 1988.

Livre comércio e emprego: As mudanças na estrutura produtiva operadas pelas políticas de livre comércio refletiram-se no desemprego: de 143 mil trabalhadores inativos em 1972 (isto é, um índice de desemprego de 3,1%), chegou-se a um 1,1 milhão de trabalhadores inativos em 1983, ou seja, um índice de desemprego de 28,5%. Durante mais de dez anos, entre 1975-1985, taxas de inatividade acima de 15%, segundo cifras oficiais, transformaram a fome e a insegurança em realidades cotidianas para a família trabalhadora e impuseram profundas transformações na estrutura familiar e na divisão sexual do trabalho no seio da mesma. A deterioração dos salários reais se reflete na evolução do Índice Geral de Remunerações Reais. De 126,6 em 1972, caiu para 76 em 1978, subiu para 83 em 1985, e oscila em

96,9 em 1991, indicando que os salários reais ainda não recuperaram os níveis de 1970 (1970: 100). A Terceira Pesquisa de Emprego e Ganhos, realizada pelo Programa de Economia do Trabalho (PET) indica que, em 1991, 60% dos trabalhadores de Santiago recebiam, por trabalho, ganhos inferiores ao salário mínimo necessário para a satisfação de necessidades básicas.

O fim da ditadura *pinochetista* não significou uma recuperação do poder de compra perdido, nem do cancelamento da chamada “dívida social”. Os salários reais subiram durante o período 1989-1991 numa taxa anual média de 3,6%. Contudo, esse incremento está abaixo do aumento da produtividade, cuja taxa média anual subiu em 3,9% durante o mesmo período. Isto significa que os aumentos de salários foram financiados pelos próprios trabalhadores.

Livre comércio e direitos trabalhistas: Depois de proibirem as organizações sindicais, de perseguirem, encarcerarem e assassinares dirigentes, os funcionários liberais da ditadura militar sancionaram, em 1978, um Plano Trabalhista que garantisse uma força de trabalho enfraquecida, de acordo com as exigências do modelo exportador. Esse Plano Trabalhista impôs severas restrições à negociação coletiva e à greve. Outorgou maior discricionariedade às empresas e eliminou a intervenção sindical em temas como demissões, mudanças organizacionais, mobilidade entre postos e funções, fixação de turnos de trabalho, restrições para contratar trabalho temporário e recorrer a subcontratados. O regime de Patricio Aylwin manteve os elementos centrais da Lei Trabalhista *pinochetista*, pois considera que a competitividade das exportações chilenas “... estaria ameaçada se se retornasse ao rígido sistema trabalhista que regia as relações trabalhistas até 1973”.

Livre comércio e condições de trabalho: O *boom* exportador que vive o Chile se caracteriza por ser intensivo em recursos naturais (mineração, fruticultura, florestais, pesca) e se estende tenuemente a manufaturas leves intensivas em mão-de-obra (têxteis, calçados). Nos anos de 1980, a competitividade das exportações chilenas consistiu numa queda de 20% das remunerações reais e na deterioração das condições de trabalho. A abertura comercial intensificou dois tipos de abuso: o enfraquecimento das condições de saúde e normas de segurança nos locais de trabalho, aumentando os acidentes de 91.749 em 1980 para 242.361 em 1990; e a falta de respeito aos direitos trabalhistas e condições de trabalho dos trabalhadores do setor agroexportador e florestal (precariedade no emprego, uso indiscriminado de pesticidas, falta de previdência social adequada, etc.).

No Chile, os 350 mil trabalhadores temporários do setor agroexportador (70% dos quais são mulheres) têm sérias limitações para exercer os direitos sindicais. O governo de Aylwin continua limitando o direito à greve nesse setor (só podem exercê-lo fora da temporada de colheita!) e promove sindicatos que não têm capacidade de negociar coletivamente. A nova legislação trabalhista de 1990 mantém vigentes normas que limitam uma adequada proteção às condições de trabalho desse setor trabalhista sobre o qual repousa, em grande parte, o *boom* exportador.

Livre comércio e subordinação da mulher: A abertura não só tem tido efeitos sociais em termos de classe como também tem tido efeitos diferenciados em termos de gênero. As mulheres dos setores populares têm sido mais prejudicadas pela imposição do modelo exportador e suposta “modernização” da economia. Sobre seus ombros recai não só o trabalho doméstico não-remunerado, que tradicionalmente têm de assu-

As campanhas publicitárias dos setores dominantes evitam mencionar os enormes custos sociais que o modelo chileno tem significado para os setores populares

mir, como se vêem obrigadas a prolongar a jornada de trabalho, desdobrando suas energias também no trabalho renumerado (geralmente de caráter informal) e no trabalho comunitário de sobrevivência (cozinhas comuns, grupos de saúde, etc). Assim, a população feminina economicamente ativa praticamente duplicou entre 1972 e 1988, passando de 776 mil (26% da força trabalhadora) para 1,395 milhão (31,2%). Essas mulheres trabalhadoras enfrentam forte discriminação salarial, ganhando em média 35% menos que os homens para iguais níveis de educação e ofício. Se considerarmos que um em cada cinco lares chilenos tem como chefe da casa uma mulher (segundo dados oficiais que subestimam o fenômeno), será possível dimensionar o custo que a abertura incidiu especificamente sobre a mulher.

O SEDUTOR PORÉM FATAL CAMINHO DA ABERTURA

Aqueles que entusiasticamente promovem a “Iniciativa para as Américas” (IPA), do presidente Bush, e a assinatura do “Acordo de Livre Comércio” (ALC) com os Estados Unidos, prometendo maior dinamismo econômico e maior bem-estar social, evitam deliberadamente encarar essa face oculta do modelo chileno sucintamente esboçada anteriormente. A IPA significa intensificar as tendências de transnacionalização, flexibilização / informalização / feminização e empobrecimento, já vividas no Chile durante a década de 1980.

Entretanto, se o Chile completou durante os anos de 1980 um profundo processo de abertura e de reestruturação capitalista, então por que as autoridades econômicas chilenas estão tão entusiasmadas em assinar um ALC com os Estados Unidos? Esta pergunta adquire maior importância se considerarmos que, conforme projeções dos economistas Resik Erzan e Alexander Yeats (Banco Mundial), depois da assinatura de um ALC o Chile poderia aumentar suas exportações para os Estados Unidos — na melhor das hipóteses — na magna cifra de US\$ 28 milhões (o valor das exportações chilenas em 1991 foi de US\$ 8,9 milhões). A pressa e o entusiasmo do governo de Aylwin e dos empresários em assinarem um ALC com os Estados Unidos devem ser explicados em termos políticos, não econômicos. Segundo Andrés Velasco, coordenador de Finanças Internacionais do Ministério da Fazenda, o objetivo da assinatura de um ALC com os norte-americanos seria que “esta abertura atual permaneça congelada e não se possa retroagir, ou só se possa retroagir a um grande custo...”. Isto quer dizer que se trata de extirpar do sistema político chileno, de uma vez por todas, qualquer possibilidade de modificação do atual esquema de modelo econômico. Em outras palavras, no caso do Chile, a “Iniciativa para as Américas” e a assinatura de um ALC não visam outra coisa senão institucionalizar a mudança na correlação de forças entre o capital e os trabalhadores, o que, a sangue e a fogo, a abertura comercial operou sobre a sociedade chilena.

OS MÚLTIPLOS DESAFIOS DE ENCONTRAR ALTERNATIVAS

A onda de abertura que percorre as Américas provoca enormes desafios para o movimento sindical e os movimentos sociais populares da região. Em seu afã reestruturador, o capital transnacional transformou as bases político-econômicas e socio-

culturais que tradicionalmente sustentaram o agir do movimento sindical. A liberalização do comércio e dos fluxos de investimento geraram novas formas de controle, apropriação e exploração dos trabalhadores e suas famílias, bem como novas formas de subordinação da mulher. Não obstante, o sindicalismo na América Latina tem sido lento em incorporar as contradições de gênero e em assumir os temas não relacionados necessariamente com o salário e que precedem o local de trabalho.

Por outro lado, as condições de sobrevivência dos trabalhadores, os níveis de seus salários, a qualidade dos empregos e as possibilidades de alcançarem uma vida digna são determinadas, cada vez mais, por forças que operam em escala mundial; entretanto, o movimento sindical desenvolve uma ação preferentemente em espaços locais. Por isso, a estratégia econômica e política promovida pelo capital transnacional exige, em contrapartida, que se levantem novas formas de organização e de ação sindical e popular.

Muitos de nós, chilenos e chilenas, aprendemos que a abertura comercial e a internacionalização subordinada promovem um estilo de “desenvolvimento” que está muito longe de ser sustentável: é injusto na distribuição da riqueza; mina as bases para um desenvolvimento sustentável a médio e longo prazos; põe em perigo a segurança alimentar de gerações futuras; e incuba e intensifica enormes polarizações e conflitos sociais. Por isso, estamos convencidos de que é imprescindível multiplicar, estar à altura dos desafios e elaborar coletivamente propostas alternativas à “Iniciativa para as Américas”. Creemos que é preciso dar corpo a uma Iniciativa dos Povos das Américas que tenha por componentes: democratização imediata das negociações sobre os acordos de livre comércio; inclusão dos custos sociais e ecológicos nas negociações; convenção/carta social que salvaguarde



CHILE

Capital: Santiago. **Língua oficial:** espanhol. **Religião:** católicos (85%); protestantes e judeus (15%). **População:** 13.173.347 (1990); urbana: 80,8% (1987). **Crescimento demográfico:** 1,7% (projeção 1985-1990). **Faixas etárias:** 0-14 – 31,1%; 15-59 – 60,5%; mais de 60 – 8,4% (1986). **Densidade demográfica:** 17,4 hab/km². **Natalidade:** 23,3 por 1.000 habitantes (1988). **Mortalidade:** 5,6 por 1.000 habitantes (1988). **Mortalidade infantil:** 20 por 1.000 (1988). **Vida média (anos):** homens – 68,1; mulheres – 75,1 (projeção 1985-1990). **Analfabetismo:** 5,6% (1983). **Escolas primárias e secundárias:** 10.461 (1988). **Alunos:** 276.825 (1989). **Ensino superior:** 24 instituições (1984). **Alunos:** 233.148. **Gastos com educação:** 5% do PNB (1987). **Economia:** agricultura (9,4% do PIB); indústria (21%); mineração (7,7%); comércio (16,8%); serviços (36,4%). **Produto Nacional Bruto:** US\$ 19,2 bilhões (1988). **Crescimento do PNB:** 1,7% ao ano (1980-1988). **Renda per capita:** US\$ 1.510 (1988). **Inflação:** 27,3% (1990). **Dívida externa:** US\$ 17,3 bilhões (1991). **Força de trabalho:** 4.674.700 (1989). **Mão-de-obra feminina:** 30,7% (1989). **Desemprego:** 5,3% (1989).

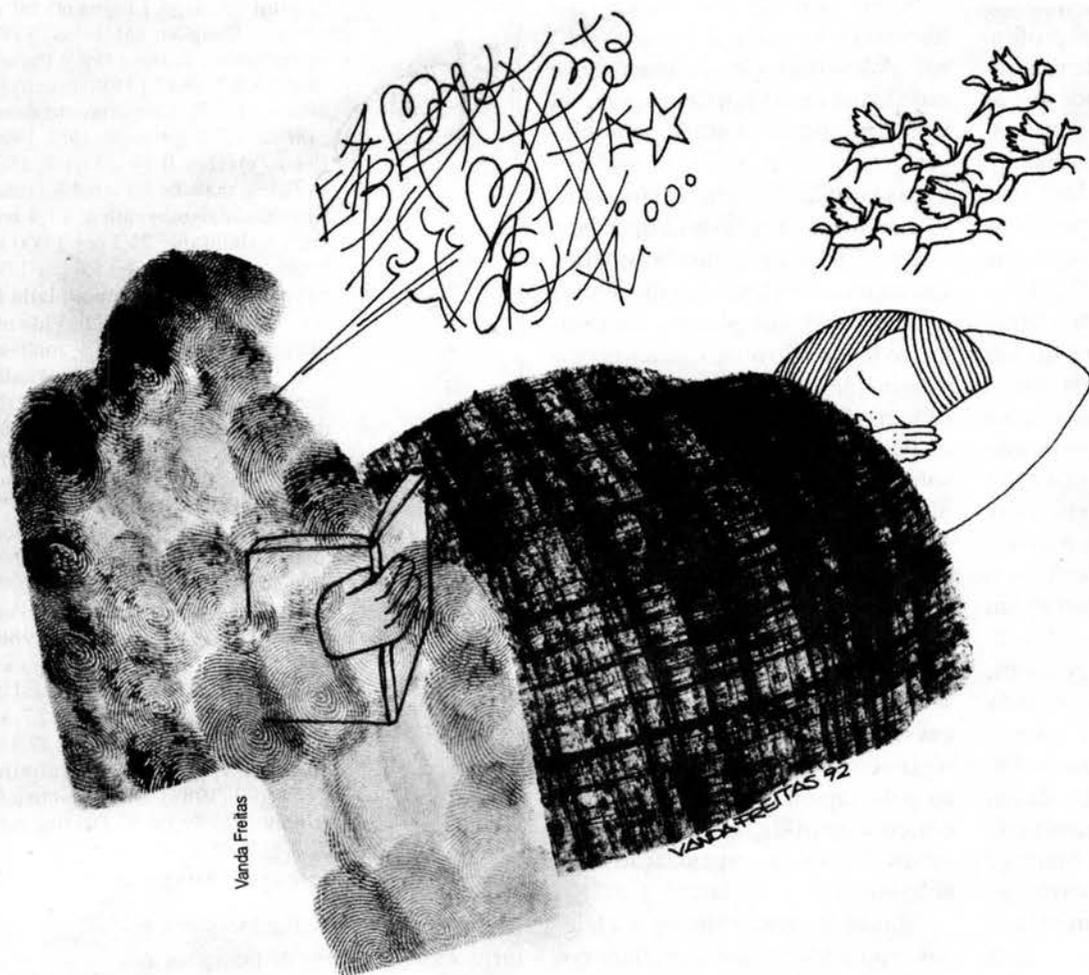


Oceano Pacífico

os direitos dos trabalhadores dos setores exportadores; disposições específicas que protejam os direitos das mulheres trabalhadoras dos setores exportadores; assegurar e legitimar a inclusão, nas negociações, de uma ampla gama de organizações sociais (consumidores, trabalhadores, redes ecológicas) que assumam a vigilância e fiscalização do cumprimento de tais convênios.

Em resumo, precisamos construir uma grande malha de ação mancomunada que evite, como até agora vem acontecendo no Chile, que os custos sociais e ecológicos da abertura recaiam sobre os ombros dos trabalhadores, das mulheres, suas famílias e as gerações vindouras. E não no capital privado.

Fernando Ignacio Leiva é membro do “Taller Piret” e da “Red Chilena de acción para una iniciativa de los pueblos”. Extraído de ILSA, setembro/92.



“SE É BOM OU SE É MAU...”

Quando eu contava estórias para a minha filha — ela era bem pequena ainda —, tinha uma pergunta que ela sempre me fazia: “Esta estória aconteceu de verdade?”.

Eu não tinha jeito de responder. Se fosse o Peter Pan adulto, tal como aparece em “Hook — A Volta do Capitão Gancho”, eu diria logo que tudo era só uma mentirinha sem importância que eu estava inventando para que ela dormisse logo e eu pudesse voltar a me ocupar das coisas importantes do mundo real do dinheiro, da política, do trabalho, das rotinas da casa. Diria a ela que o livro que me importava, aquele que eu realmente lia, livro de cabeceira, era a agenda de capa verde. Nas suas páginas se escrevia a realidade.

Mas ela era ainda muito criança — com

o tempo cresceria e aprenderia a ler a literatura do real que só pode ser lida nas agendas. Por enquanto ela podia se entregar às palavras mentirosas das estórias, só para que o sono viesse mais depressa...

Mas eu não era o Peter Pan adulto e o que eu tinha para dizer eu não dizia, pois achava complicado demais para a cabecinha dela. O que eu gostaria de dizer a ela e não disse é que as estórias que eu contava não aconteceram nunca para que acontecessem sempre. A Terra do Nunca é a Terra do Sempre, que existe eternamente dentro da gente. Já o que aconteceu de fato, documentado, fotografado, comprovado pela ciência e escrito com o nome de História —, isto aconteceu do lado de fora

da gente e, por isso, não acontece nunca mais. Está morto e enterrado no passado, e não há feitiço que faça ressuscitar. Mas aquilo que não aconteceu nunca, aquilo que só foi sonhado, é aquilo que sempre existiu e que sempre existirá, que nem nasceu e nem morrerá, e a cada vez que se conta acontece de novo...

Se ela me tivesse feito a pergunta de um jeito diferente, se me tivesse perguntado se acreditava na estória, ah!, eu teria respondido fácil: "Mas é claro que eu acredito!". Pois eu só acredito no que não aconteceu nunca, no que é sonho, pois os sonhos, é disto que somos feitos. A estória da Branca de Neve não aconteceu nunca — mas todos nós somos, sempre, uma Madrasta que se vê triste diante do espelho, e manda a menina, nós também, para ser morta na floresta. A estória de João e Maria não aconteceu nunca, mas em toda criança existe a fantasia terrível do abandono. A estória de Romeu e Julieta não aconteceu nunca, mas queremos ouvi-la de novo, pois dentro de nós existe o sonho do amor puro, belo e imortal.

É por isso que sou incuravelmente religioso, porque nas estórias da religião, que não aconteceram nunca, os sonhos e pesadelos eternos da alma se acham refletidos. Acredito porque sei que são mentira. Se fossem verdade, não me interessariam.

As estórias são contadas como espelhos, para que a gente se descubra nelas. Os orientais são os grandes mestres nesta arte, esquecida dos ocidentais porque cresceram, como o Peter Pan, do filme "Hook", e passaram a acreditar somente naquilo que a agenda conta, sem perceber que, porque ela diz a verdade, mente.

Quero contar para vocês a estória que mais tenho contado — não aconteceu nunca, acontece sempre.

Um homem muito rico, ao morrer, deixou suas terras para os filhos. Todos eles receberam terras férteis e belas, com a exceção do mais novo, para quem sobrou um charco inútil para a agricultura. Seus amigos se entristeceram com isso e o visitaram, lamentando a injustiça que lhe havia sido feita. Mas ele só lhes disse uma coisa: "Se é bom ou se é mau, só o futuro dirá".

No ano seguinte, uma seca terrível se abateu sobre o país, e as terras dos seus irmãos foram devastadas: as fontes secaram, os pastos ficaram esturricados, o gado morreu. Mas o charco do irmão mais novo se transformou num oásis fértil e belo. Ele ficou rico e comprou um lindo cavalo branco por um preço altíssimo. Seus amigos organizaram uma festa porque coisa tão maravilhosa lhe tinha acontecido. Mas dele só ouviram uma coisa: "Se é bom ou se é mau, só o futuro dirá".

No dia seguinte, seu cavalo de raça fugiu e foi grande a tristeza. Seus amigos vieram e lamentaram o acontecido. Mas o que o homem lhes disse foi: "Se é bom ou se é mau, só o futuro dirá". Passados sete dias o cavalo voltou trazendo consigo dez lindos cavalos selvagens. Vieram os amigos para celebrar esta nova riqueza, mas o que ouviram foram as palavras de sempre: "Se é bom ou se é mau, só o futuro dirá".

No dia seguinte o seu filho, sem juízo, montou um cavalo selvagem. O cavalo corcoveou e o lançou longe. O moço quebrou uma perna. Voltaram os amigos para lamentar a desgraça. "Se é bom ou se é mau, só o futuro dirá", o pai repetiu. Passados poucos dias vieram os soldados do rei para levar os jovens para a guerra. Todos os moços tiveram de partir, menos o seu filho de perna quebrada. Os amigos se alegraram e vieram festejar. O pai viu tudo e só disse uma coisa: "Se é bom ou se é mau, só o futuro dirá"...

Assim termina a estória, sem um fim, com reticências... Ela poderá ser continuada, indefinidamente. E ao contá-la é como se contasse a estória de minha vida. Tanto os meus fracassos quanto as minhas vitórias duraram pouco. Não há nenhuma vitória profissional ou amorosa que garanta que a vida finalmente se arranjou e nenhuma derrota que seja uma condenação final. As vitórias se desfazem, como castelos de areia atingidos pelas ondas, e as derrotas se transformam em momentos que prenunciam um começo novo.

Enquanto a morte não nos tocar, pois só ela é definitiva, a sabedoria nos diz que vivemos sempre à mercê do imprevisível dos acidentes. "Se é bom ou se é mau, só o futuro dirá".

“ISTO NÃO É TEOLOGIA”

Ivone Gebara

O pensamento teológico produzido por alguma teóloga feminista muitas vezes é desqualificado porque não entra na forma e no estilo clássico e tradicional da teologia. Essa atitude pode demonstrar o desconhecimento das desigualdades antropológicas que também estão presentes na teologia tradicional patriarcal

Com muita cortesia muitos companheiros, ouvindo preleções ou lendo artigos escritos por algumas teólogas feministas, para não afirmarem seu desacordo explicitamente, dizem simplesmente: “Isto não é teologia”. E se a gente pergunta o que é então, respondem: “É um pouco de sociologia, de antropologia, de filosofia, de romantismo...”. Não conseguem mais definir dentro dos seus parâmetros o tipo de conhecimento produzido pelas mulheres. Tudo o que não entra no jeito clássico, patriarcal, masculino, consagrado pelas elites que detêm a produção do pensamento teológico, não é teologia, é “qualquer coisa”... E nesse “qualquer coisa”, há a emissão de um julgamento de superioridade sobre uma produção que lhes parece inferior, uma produção que não tem condições de ciência, que não pode estar no mesmo pé de igualdade, que não se integra nas suas concepções já milenarmente consagradas. Chegam a ter até pena de algumas mulheres que

poderiam alcançar os mesmos lugares de prestígio do saber masculino, mas estão a perder-se com pensamentos supérfluos que não conduzem a lugar nenhum.

Rompendo limitações. “Isto não é teologia” significa que saímos dos parâmetros do que é definido de antemão como teologia. Saímos de uma certa compreensão da Bíblia, de Deus, de Jesus de Nazaré, de Maria, dos dogmas... Se saímos, então não fazemos mais teologia.

Percebo que os companheiros que negam o estatuto teológico ao pensamento das mulheres quando estas di-

dam de tudo o que não se ajusta às suas próprias proposições. Seu Cógito, “Penso, logo existo”, expulsa tudo aquilo que é considerado impuro, impressão, intuição, palavra diferente, corporeidade, materialidade da existência, prazer.

Os companheiros afirmam com veemência as injustiças sociais, a crescente miséria do mundo, denunciam os pecados sociais, mas não percebem que no coração da teologia cristã persiste uma desigualdade antropológica que se explicita nas instituições sociais e eclesiais, uma desigualdade legitimadora do sexismo, do racismo, do classismo e dos abusos de poder. Não percebem talvez a força legitimadora das desigualdades, presente nas bases de sustentação da teologia tradicional patriarcal.

Se o que as mulheres fazem hoje na linha da busca de sentido, de uma compreensão do mundo mais sistêmica e humanamente mais igualitária; se o que escrevem hoje buscando chamar a atenção para os nefastos efeitos do patriarcalismo religioso; se o que ensinam hoje na linha do ecofeminismo, na linha do respeito à terra como nosso corpo; se o que gritam como clamor de justiça para uma mudança de relações entre povos e países não é teologia, então quero propor que seja simplesmente “teologia”, uma nova percepção da transcendência irrompendo e tomando conta de nosso corpo. Ou que seja uma “taologia” (tao = caminho), um caminho para a descoberta do sentido, para a busca da justiça e igualdade, um caminho para ser feliz.



Revista Mulheres

vergem do clássico patriarcalismo, falam tanto de ciência, mas creio que ainda não entraram nos novos parâmetros da física do século XX a partir dos quais não existe verdade absoluta em ciência e conseqüentemente todos os conceitos e teorias são limitados e aproximativos. Entretanto, para os teólogos patriarcais só existe, talvez, a ciência cartesiana e a partir dela delimitam sua ciência teológica. Como Descartes, duvi-

Ivone Gebara é teóloga católica, professora de Filosofia e Teologia, e autora do livro “A mulher faz teologia”.



Marta Cerqueira Leite

PÃO-SOLUÇÃO

Milton Schwantes

“O pão nosso de cada dia dá-nos hoje, perdoa-nos as nossas dívidas e não nos deixes cair em tentação”
(Mateus 6.11,13)

Você chega em casa, cansado. É que o trabalho está de arrebentar. Quase liquida quem o enfrenta.

E aí, quando chego em casa, bate aquela fome. Vou direto ao lugar do pão. Lá estaria a solução. E se não chegar a tanto, ao menos seria uma compensação. Mas acontece que acabou o pão. Alguém comeu o último. E não repôs. Deste tipo de “alguéns” tem bastante. Também pertenço a eles.

Mas, nesse dia, sobrou pra mim. E fui ligeirinho à padaria, aos “pães e doces”, aí pertinho. Comprei logo uns quantos. Assim não faltaria pão tão pronto.

Na saída, na esquina dos “pães e doces”, um menino me olha assim direto no olho. “Ei, me dá um pão. Tô com fome”. De olho nele, de olho em sua fome sincera, tiro um pão. Foi coisa de segundos. Nem deu tempo pra cumprimentos. Nem consegui perguntar se queria um segundo. Afinal, de grandes esses pães só têm o preço. Na pressa da luta pelo pão, cada qual seguiu seu caminho. E, em casa, enfim, um pão pra mim.

Que pão! Que solução! Não é a melhor que se possa imaginar. Há “pães e doces” ainda mais gostosos que o pão, aquele pãozinho. Mas já é bom, um tal pão no fim do dia, nas



interrupções das correrias. É gostoso, ao menos é a impressão que dá ao mastigar.

Lá na roça a coisa é ainda melhor. Quando sai a fornada, que cheiro que dá. Você conhece? Você lembra? Parecia festa. A gente largava tudo. Não havia brinquedo mais interessante que o cheiro daquele pão, saído do forno, na hora. Ah, é bom demais. É pão demais.

Jesus o sabia. Por isso, pediu logo pelo pão nosso “de cada dia”. É feito na hora, com direito ao cheiro, ao fogo em brasa, à espera interesseira: Será que o pãozinho seguinte será tão bom como o que estou mastigando? É o “pão de cada dia”. Vem envolto em clima, com as maneiras da cozinha. É uma verdadeira mística. Mística singela, é verdade. Caseira até.

De todo modo, alimenta por todos os lados. Ergue pernas já bambas de cansaço. Depois de um pão até a voz fica mais encorpada. Os olhos já não tremem tanto. Os antigos diriam: É bom pra corpo e alma. Isso de “corpo e alma” é meio antiquado, mas até que é bonito. Bonita solução este pão!

Solução? Que nada! A dívida é tanta que nem pro pão dá. Todo ele vem embrulhadinho por dívidas mil. Está preso. As gaiolas o escondem. As amarras o controlam. Pão? Só com dinheiro! E dinheiro é que não

tem. A dívida comeu tudo.

Aqui, nossa padaria, a bela “pães e doces” da esquina é a mais guarnecida. Virou fortaleza. Banco não há pela redondeza. Comércio também dá pouco. E o que tem, fecha cedo, sabiamente.

Resta a padaria, pro fim do dia. Uma verdadeira fortaleza, com guardas às escondidas. Mas também os outros não faltam, aqueles com farda e tudo. Circulam. Controlam entrada e saída de quem compra pão. Olha lá: De quem compra pão! Olha lá, é o tal “pão nosso de cada dia”. Está guarnecido, como se fosse banco central.

Jesus o sabia. Pão e dívidas são qual água e óleo. Não se misturam. Se queres pão, controla as dívidas! Se deixas livres as dívidas, os endividamentos, prende o pão! Uma política econômica bastante simples, nazarena digamos. Mas é eficiente: Viva o pão? Abaixo as dívidas!

Mas torcida não basta. É que toda torcida não vê direito. Fecha os olhos e grita, e grita. O juiz... Ah, coitado do juiz! Os adversários — lá não há um que preste! Os jogadores do time — que se cuidem pra não caírem em desgraça. É cegueira. E não pouca.

E é “bom” que estejas “cego”. É o que sabem alguns. Até te ensinam a sê-lo. Há escolas pra aprender a ser

“cego”. E são as melhores. Afinal, as coisas não são tão simples. Não é fácil levar-te a crer que aquilo que machuca é aquilo que te cura.

É preciso muito esforço para torcer as coisas. Não é tão fácil levar-te a crer na tentação, a crer no *mamón*, a crer que no dinheiro está a solução. Essa é uma luta dura. É uma verdadeira guerra.

À noite, você chega em casa, cansado dessa guerra, e nem mesmo dá pro pão. A cada dia experimenta, em sua própria pele: Isso de obedecer ao *mamón*, à tentação, ao dinheiro não dá rumo à sua vida. A maioria o experimenta precisamente desse jeito. João e Maria, você, eu, caímos na tentação. Seguimos qual “cega” torcida, qual adeptos fiéis à voraz tentação, aos parâmetros da inflação.

E lá vamos de esperança em esperança, seguindo fiéis à mesma ilusão: O *mamón* é a solução. O dinheiro tem a razão. Eis a tentação! É a fumacinha da ilusão: Amanhã saímos dessa. E, eis que amanhã, cavamos mais uns centímetros da fossa que devora, que deixa sem pão, ontem a uns, hoje a outros, amanhã a ti e a mim.

E lá vai ele, o pão-solução. Todo bonitinho, empacotadinho em dívidas e tentações.

Milton Schwantes é pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, biblista e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.



MUTAÇÕES SOCIAIS

a revista do CEDAC

Uma nova leitura dos movimentos sociais no Brasil e no mundo

Centro de Ação Comunitária – CEDAC
Rua Benjamim Constant 108
20241-150 Rio de Janeiro RJ
Tels. (021)242-9693 / 231-0263 Fax (021)222-2527

NÃO SE APOSENTA A CAPACIDADE DE AMAR

Paulo Cezar Loureiro Botas

O POETA, O GUERREIRO, O PROFETA

Rubem Alves

Editora Vozes, Petrópolis, 1992

14x21 cm, 144 p.

Ninguém consegue ler Rubem Alves impunemente. Há anos este sábio tem-nos apontado caminhos e desvelado as hipocrisias do nosso tempo e do nosso coração. Traz na sua carne a marca dos que transformaram o sinal da proscricção em colheita abundante.

Este livro, mais do que os outros, fala da beleza. Mais do que os outros? Mais sim, porque fala da poesia e da beleza que molduram nossas vidas e corpos quando acreditamos que “há um guerreiro que nasce do poeta”. Este livro subverte nossos sentimentos, nossa mente cartesiana, nossa maneira de fazer teologia e não “sentir” Deus. Teopathia, teopoesia, teoculinária. “Comer e beber, em memória...”. Lembro-me da crise de um jovem sacerdote ao ministrar aulas de religião para adolescentes quando explicava a transubstanciação. “O pão vira corpo e o vinho sangue?”, perguntava espantado o menino de doze anos. “É isso mesmo!”, respondia seguro o sacerdote... “Então somos todos antropófagos?”. Risada geral na sala, crise particular para o padre que se sentiu desrespeitado e não daria mais aulas. Devia ter lido o Rubem Alves e isso jamais teria acontecido: ou teria se convertido ao amor ou se tornado um burocrata promissor...

“Amar é comer. Amar é dar-se para ser comido. Cada comida é um afrodisíaco. Não se faz amor se não há fome. A variedade infinita dos nossos prazeres de comer desperta em nós a variedade infinita da fome.

‘Bem-aventurados os que têm fome’. Somente os que têm fome têm o poder para fazer amor. Esta é a magia realizada pela comida: ela erotiza os nossos corpos, acendendo o fogo do desejo, e através dos nossos sonhos ficamos com mais fome ainda do que tínhamos antes. Cada refeição é um aperitivo. Nosso desejo não se satisfaz nunca. Se nosso desejo se satisfizesse, deixaríamos de ser amantes... Sábias são as línguas que usam o verbo ‘comer’ para se referir tanto aos prazeres da mesa quanto aos prazeres da cama. Porque estes dois prazeres são a mesma coisa: pôr o outro dentro, sentir o seu gosto bom, mostrar, nos olhos, o prazer que se está tendo; permitir-se ser colocado dentro do outro, oferecer o corpo como pão e vinho, gozar a suprema felicidade de se ver refletido nos olhos do outro com algo delicioso. Narciso...”

Basta para aguçar a curiosidade de ler o livro. Basta para sentir quão provocante e sedutor é cada linha que faz ressuscitar o morto na praia, sepultado em cada um de nós e com que este livro instigante convida a sonhar. Quem não quiser ser importunado não leia o livro. Ele foi escrito como um grande acerto de contas com a história, com as estórias e com a política e a poesia que estão dentro dela. Quem não acreditar na beleza, não deve lê-lo, mas deve continuar repetindo suas certezas *ad infinitum* — certezas teológicas, certezas doutrinárias, certezas familiares — até morrer de azedume entre as cobiças familiares e seu espólio que mais dividirá do que unirá seus “entes queridos”.

Este livro fala da beleza, reafirma. E só acredita na beleza quem acredita que a única coisa que não

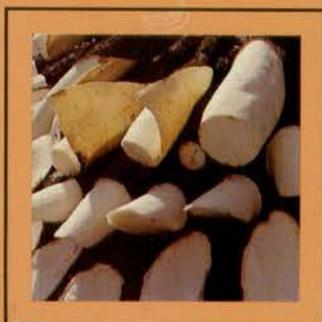
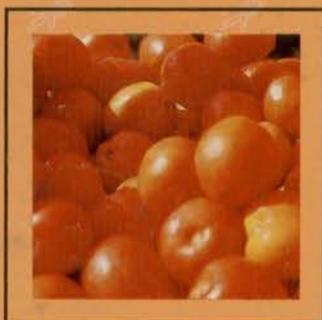


apostamos é a capacidade de nos apaixonarmos. Rubem tem-nos ensinado, ou melhor, tentado nos ensinar isto há anos. E há anos tem sido estigmatizado pelos “homens sérios” que morrem de inanição espiritual e amorosa, aqueles que nada comem pelo fastio das suas certezas e sentenças definitivas.

Não resisti, lancei as Runas pelo Rubem e a pedra mágica foi a 13: *Jera*, a colheita. E reza o seu oráculo: “Preparou-se a terra e plantou-se a semente. Agora deve-se cultivar com cuidado. Tenhamos presente que o resultado está nas mãos da Providência e continuemos a perseverar. Não há maneira de se empurrar um rio nem de se adiantar a colheita. Não se esqueça que a paciência é fundamental para ter a lucidez do seu próprio processo que no tempo oportuno tenderá à colheita do seu Eu”.

Quem estiver semeando leia o livro. Ele nos ensina a nos manter firmes como se víssemos o invisível... PHOENIX!

Paulo Cezar Loureiro Botas é filósofo e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI. É autor do livro “A bênção de abril”, Editora Vozes.



Fome: o desafio radical

Estado brasileiro e desnutrição

Patentes, produção alternativa

Desafios da transição política

Chile: a outra face do modelo

Santo Domingo: um balanço

